



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO
DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

JOSÉ RUBENS DUTRA MOTA

**POLÍTICAS PÚBLICAS E ECONOMIA SOLIDÁRIA:
AVALIAÇÃO DO PROJETO SEMENTES DA
SOLIDARIEDADE**

**Fortaleza
2009**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO
DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

JOSÉ RUBENS DUTRA MOTA

**POLÍTICAS PÚBLICAS E ECONOMIA SOLIDÁRIA:
AVALIAÇÃO DO PROJETO SEMENTES DA
SOLIDARIEDADE**

Dissertação apresentada à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, da Universidade Federal do Ceará, como parte das exigências do Curso de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, para obtenção do título de "Mestre".

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Elza Maria Franco Braga

**Fortaleza
2009**

304.4

M917p Mota, José Rubens Dutra.

Políticas públicas e economia solidária: avaliação do projeto sementes da solidariedade / José Rubens Dutra Mota. – Fortaleza: UFC, 2009.

96f. il.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Elza Maria Franco Braga
Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará.
Curso de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas.

1. Políticas Públicas 2. Economia Solidária 3. Fundos Rotativos Solidários I. Título.

JOSÉ RUBENS DUTRA MOTA

**POLÍTICAS PÚBLICAS E ECONOMIA SOLIDÁRIA:
AVALIAÇÃO DO PROJETO SEMENTES DA
SOLIDARIEDADE**

Dissertação apresentada à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, da Universidade Federal do Ceará, como parte das exigências do Curso de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, para obtenção do título de “Mestre”.

Aprovado em: ____/____/____

Prof^a. Dr^a. Elza Maria Franco Braga
Universidade Federal do Ceará
Orientadora

Prof. Dr. Eduardo Girão Santiago
Universidade Federal do Ceará
Avaliador

Prof. Dr. Hermano Machado Ferreira Lima
Universidade Estadual do Ceará
Avaliador

AGRADECIMENTOS

A Deus, pois sem Ele, nada seria possível.

À minha família, pela compreensão, suporte e incentivo imprescindíveis na realização deste estudo.

À professora Elza Franco Braga, pela disponibilidade, paciência e inegável capacidade para orientar.

Aos professores Eduardo Girão e Hermano Machado, por aceitarem participar da banca examinadora e pelas contribuições oferecidas.

Aos colegas do Banco do Nordeste, em especial aos do ETENE e Gabinete da Presidência, por todo o apoio recebido.

Aos técnicos da Cáritas e às famílias do Missi e Bueno pela acolhida e contribuição para esta pesquisa, ao compartilharem suas histórias, experiências e sonhos.

Aos que fazem o MAPP: coordenadores, professores, servidores e alunos pelo aprendizado compartilhado.

E por último, a todos que contribuíram de forma anônima e solidária para esta conquista.

RESUMO

A presente dissertação de mestrado se insere na temática das políticas públicas articuladas à perspectiva da Economia Solidária. Estabelece como objetivo geral analisar a concepção, a pertinência e a efetividade da Política Pública de Apoio à Economia Solidária implementada pelo governo federal a partir da experiência do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários, inserido na região Nordeste do Brasil, como instrumento de apoio aos Fundos Rotativos Solidários. O foco empírico desta pesquisa é a experiência do Projeto Sementes da Solidariedade, que se propõe a refletir sobre agrobiodiversidade e a autonomia dos trabalhadores através da implantação de casas de sementes comunitárias. Tomaram-se como base de análise empírica para este estudo as experiências desenvolvidas na Diocese de Itapipoca, município de Irauçuba, no Estado do Ceará. Com o objetivo de identificar e explicitar, de forma resumida o que se pretendeu desvendar ao executar o presente trabalho, dentro do seu quadro de significações, recorreu-se à pesquisa qualitativa. Após o debate teórico, apresenta-se a pesquisa de campo realizada nas comunidades de Missi e Bueno. Procurou-se analisar e avaliar as experiências em estudo, não apenas nos aspectos econômicos, mas, sobretudo sob a ótica social, ambiental e política.

Palavras-chave: Economia Solidária, Políticas Públicas, Fundos Rotativos Solidários.

Abstract

The current essay includes subjects of public policies related to perspectives of the Solidary Economy and sets up as general goal to analyze the conception, suitability and effectiveness of the Public Policy of Support to Solidarity Economy, implemented by the Brazilian Government and taking into account the experience of the Support Program of Solidary Productive Projects executed in the Northeast Region as a supporting the Revolving Solidary Funds. The empirical focus of this essay is the experience of the “Solidary Seed Project”, which purposes to think about agrobiodiversity and the workforce’s autonomy through the building of Community Seed Houses. This study took account of as basic empirical analysis the experience of Irauçuba, a municipality of the Diocese of Itapipoca, in the State of Ceará. In order to identify the social representations, in terms of social arrangement, we used the qualitative research method. The essay comprises firstly a theoretical discussion, followed by the results of the research applied in the communities of Missi and Bueno. We intended to evaluate the experience in terms of economic, and above all social, environmental and politics effects.

Key-words: Solidary Economy, Public Policies, Revolving Solidary Funds.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ADS	- Agência de Desenvolvimento Solidário
ANTEAG	- Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária
AP1MC	- Associação Programa Um Milhão de Cisternas para o Semi-Árido
ASA	- Articulação do Semi-Árido Brasileiro
BNB	- Banco do Nordeste do Brasil
CESIT	- Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho
CNBB	- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONAES	- Conferência Nacional de Economia Solidária
CUT	- Central Única dos Trabalhadores
DEST	- Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais
DIEESE	- Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos
DRPA	- Diagnóstico Rápido Participativo de Agroecossistemas
ETENE	- Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste
FBES	- Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FBSAN	- Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional
FEBRABAN	- Federação Brasileira de Bancos
FSM	- Fórum Social Mundial
FUNCEME	- Fundação Cearense de Meteorologia
IBASE	- Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ITCPS	- Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
MAPP	- Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas
MDS	- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MTE	- Ministério do Trabalho e do Emprego
OIT	- Organização Internacional de Trabalho
PACs	- Projetos Alternativos Comunitários
PAPPS	- Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF	- Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar
RIS	- Rede de Intercâmbio de Sementes

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária
TCU - Tribunal de Contas da União
UFC - Universidade Federal do Ceará
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas
UNISOL - União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. CENÁRIO DA PESQUISA	17
1.1 Justificativa.....	17
1.2 Procedimentos Metodológicos	20
2 BREVES FUNDAMENTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	23
2.1 A Gênese de uma História em Construção – a Economia Solidária	31
2.2 Economia Solidária e as Dinâmicas da Sociedade Civil no Brasil	33
2.3 Considerações sobre o Empoderamento	35
2.4 Economia Solidária e Políticas Públicas: Desvendando a Realidade	39
3 O BNB E A ECONOMIA SOLIDÁRIA	44
3.1 Fundos Rotativos Solidários: limites e possibilidades	48
4 O PROJETO SEMENTES DA SOLIDARIEDADE	52
4.1 O Cenário da Experiência	53
4.2 A Cáritas e o Projeto Sementes da Solidariedade	55
4.3 As Casas de Sementes.....	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	85
ANEXOS	89

INTRODUÇÃO

O desemprego é considerado por muitos países do mundo como um dos maiores problemas a ser enfrentado pela humanidade no terceiro milênio. Este fenômeno tem uma abrangência mundial, embora suas proporções sejam diferenciadas nos países e regiões. Ele é decorrente da reestruturação produtiva adotada nas economias nacionais, após o estabelecimento da crise do modelo fordista/keynesiano e, conseqüentemente, do novo padrão de acumulação flexível (HARVEY, 1993 apud BERTUCCI, 2005).

Nesse contexto, a Organização Internacional de Trabalho (OIT), em boletim publicado em 2005, descortinou um cenário a respeito do mundo do trabalho nada alentador. Estima-se que cerca de 200 milhões de pessoas se encontram desempregadas e 800 milhões têm uma inserção precária no mercado de trabalho.

O diretor geral da OIT, Juan Somavia, em pronunciamento feito na Organização das Nações Unidas (ONU), em dezembro de 2005, chamou a atenção para o quadro no qual o razoável crescimento econômico mundial de 5,1% vem gerando um frustrante e tímido incremento de apenas 1,8% no número de pessoas empregadas. Caso essa tendência tenha continuidade, não se logrará a geração de 500 milhões de novos postos de trabalho necessários, até o ano de 2015, para reduzir à metade a taxa de desemprego.

Como se vê, o novo padrão de acumulação flexível acarretou profundas transformações no mercado de trabalho, e a tendência do capitalismo em escala mundial é tornar a composição orgânica intensiva em capital, mediante a utilização de tecnologias poupadoras de mão-de-obra.

Há, portanto, uma constante metamorfose imposta pela lógica do mercado quando se observa o acirramento da competitividade em face da tendência decrescente da margem de lucro. Diante do processo de globalização, a economia vem passando por várias transformações nas quais as relações de trabalho foram profundamente afetadas. Frente a este cenário, os capitalistas têm tirado proveito do crescente excedente de mão-de-obra e da debilidade sindical, passando a imprimir

regimes e contratos de trabalho mais flexíveis. Estes se traduzem no aumento efetivo da jornada de trabalho anual para empregados regulares, no incremento do trabalho em tempo parcial ou temporário, mediante a subcontratação, bem como por outras engenhosidades que suprimem direitos e conquistas de trabalhadores, sob a alegação de que o setor produtivo necessita tornar-se mais competitivo diante do cenário da mundialização do capital (CASTEL, 1998).

Este quadro, aqui emoldurado, aponta para uma era de incertezas em face da rápida e constante quebra de paradigmas em todos os quadrantes da vida social e política, configurando-se como uma “destruição criadora”, mediante a adoção de inovações tecnológicas permanentes, com suas novas formas de gestão e de novos hábitos de consumo, enquanto atributos da teoria de Schumpeter (1982).

Castells (1999) descreve que as atuais dinâmicas no mercado de trabalho da chamada sociedade informacional vêm gerando mudanças substantivas e semelhantes ao processo de acumulação flexível de capital. Eventos como a crescente redução do emprego rural tradicional, o declínio do emprego industrial, a constante diversificação das atividades do setor serviços, como fontes de emprego, o crescimento simultâneo dos níveis superior e inferior da estrutura ocupacional e a predominância e maior valorização de profissões mais especializadas e de maior nível de instrução constituem características fundantes do novo mercado de trabalho.

A despeito das configurações engendradas pelo processo globalizado de acumulação flexível de capital não existe um receituário consensual e passivo, dado à diversidade de interesse dos grupos sociais envolvidos. Há uma considerável reação cidadã, atenta e inquieta. Destacam-se inúmeras manifestações de repúdio a este processo em Davos, Seattle, Nova York, Gênova, Porto Alegre, Mumbai, Caracas, Belém e outros que virão. A constituição de fóruns e de outras articulações mundiais brada que “Um outro mundo é possível”, “Uma nova economia é possível”, e ainda, que é possível acreditar no movimento da Economia Solidária.

Na atual conjuntura, a Economia Solidária vem plasmar novas formas de relações sociais de produção e consumo entre os seres humanos. Nesta perspectiva, Singer (2008, p. 289) define a Economia Solidária:

Como um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central... Os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática, quer dizer, cada sócio, cada membro do empreendimento tem direito a voto.

O movimento da Economia Solidária surge, portanto, a partir de uma atitude crítica de segmentos politizados da população mundial, frente ao modelo de desenvolvimento capitalista que produz riquezas gerando miséria e exclusão social, subordinando e explorando o trabalho e, sobretudo, degradando a natureza e pondo em risco a sustentabilidade da vida no Planeta.

A Economia Solidária orienta-se por valores não-mercantis, como a solidariedade e a democracia. Incorpora, também, as dimensões culturais, éticas e ecológicas ao processo de desenvolvimento, no qual a produção, a distribuição e a preservação dos recursos naturais e sociais são consideradas como eixos fundantes ao processo emancipatório. (BRASIL, 2006a). Embora, o termo Economia Solidária seja polissêmico¹, considera-se que o mesmo pode ser compreendido, ainda, como o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizado e realizado solidariamente por trabalhadores sob a forma autogestionária. Em suma, as ações concretas praticadas pela sociedade se expressam através de diferentes arranjos citando, dentre eles: as microfinanças, adaptadas à pequena produção; os projetos produtivos solidários; as feiras de economia solidária; a organização dos catadores de lixo; o consumo solidário; e os diversos centros públicos de Economia Solidária².

¹ "Há realidades e categorias usadas para expressá-las e elas recobrem uma série de noções mais ou menos explícitas, guardando sentidos internos, 'êmicos' e 'plurívocos'". (LECHAT, 2004, p.105).

² Na visão de MANCE (2003: 219), os Centros Públicos de Economia Solidária constituem uma das formas possíveis e já apoiadas pela SENAES de "estratégia para conectar empreendimentos solidários de produção, comercialização, financiamento, consumidores e outras organizações populares (associações, sindicatos, ONGs, etc.) em um movimento de realimentação e crescimento conjunto, auto-sustentável, antagônico ao capitalismo". Para que isto ocorra, é necessária além da articulação dos empreendimentos em rede, a disponibilidade de espaço físico planejado para abrigar os diversos agentes da economia solidária, a sua produção e comercialização.

A Economia Solidária não atua em um campo fora do capitalismo e do mercado formal, mas, ao contrário, procura dentro da realidade existente, formas alternativas de desenvolvimento econômico baseadas em valores mais humanos, na busca de autonomia dos grupos, através de práticas sociais e ambientais sustentáveis. Nesta perspectiva, persegue a constituição de novas sociabilidades a fim de construir um novo modelo de desenvolvimento.

O debate acadêmico e político sobre a importância da Economia Solidária, não pode ser reduzido à polarização entre os que, de um lado, consideram um movimento de políticas sociais de caráter assistencial, sem qualquer perspectiva de autonomia e de emancipação. E, de outro lado, os que afirmam tratar-se de um empreendedorismo emergente, centrado na competitividade por mercados crescentes e integrados, porém de forma subordinada à dinâmica das empresas capitalistas (EID, 2006). Em meados do ano de 2003, foi instituída a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, como fruto de pressões da sociedade civil organizada. A partir daí, o governo passou a desencadear um conjunto de ações, dando concretude a uma Política Nacional de Apoio à Economia Solidária.

Para tanto vem construindo uma engenharia institucional em torno da Economia Solidária ao incorporar os empreendimentos econômicos solidários, as instâncias governamentais, os fóruns e redes, as ligas ou uniões e as entidades de apoio e fomento. Vale registrar que, a despeito da função governamental da SENAES de apoiar e fomentar redes de empreendimentos solidários, o seu maior mérito tem sido o de assegurar a realização de programas e projetos emanados do conjunto dos movimentos sociais.

A presente dissertação de mestrado se insere na temática das políticas públicas articuladas à perspectiva da Economia Solidária. O objeto de estudo desta investigação analisa a concepção, a pertinência e a efetividade da Política Pública de Apoio à Economia Solidária do governo federal a partir da experiência do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários, implantado na região Nordeste do Brasil.

Dada a abrangência do tema e a diversidade de experiências apoiadas pelo referido Programa, optou-se por identificar um foco empírico, ou seja, o projeto Sementes da Solidariedade. A partir deste recorte, sem perder de vista as inúmeras discussões da temática, o estudo se propõe a refletir sobre agrobiodiversidade e a autonomia dos trabalhadores através da implantação de casas de sementes comunitárias. O projeto Sementes da Solidariedade, articulado pela Cáritas Brasileira³ – Regional do Ceará, teve início em 2005. Atualmente está sendo implementado em sete Dioceses cearenses (Itapipoca, Limoeiro do Norte, Sobral, Crateús, Iguatu, Crato e Tianguá). A proposta inicial previa a implantação de 12 casas de sementes, em 11 municípios do Estado do Ceará, no entanto, as metas foram extrapoladas ao construir 17 casas de sementes comunitárias em 13 municípios.

Para tanto, foi realizado um estudo empírico mais aprofundado junto às experiências das comunidades de Bueno e Missi, no município de Irauçuba, Diocese de Itapipoca, o qual será detalhado no subitem Procedimentos metodológicos.

Com a finalidade de atingir o propósito supracitado, o estudo estabelece como objetivos específicos, o desenvolvimento das fases da pesquisa listadas a seguir:

1. Apresentar e discutir os principais fundamentos teóricos e históricos da Economia Solidária;
2. Identificar os principais fundamentos da Política Nacional de Apoio à Economia Solidária apresentados pela Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES;

³ A Cáritas Brasileira é uma instituição da Igreja Católica, sendo parte da rede de Cáritas Internacional. Ela tem por fim dar sustentação à ação social da Igreja e está organicamente ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A Cáritas desenvolve suas atividades com fundos gerados no Brasil pela Campanha de Solidariedade. Paul Singer destaca a evolução da Igreja Católica de uma ação meramente assistencial a uma postura de crítica ao capitalismo, com a proposição de que a solidariedade liberta. “Ela implica numa tese ousada: a de que os trabalhadores, desde que se organizem e granjeiem apoio possam, por si só superar a miséria. Uma das implicações desta tese é que este apoio não tem de ser do Estado, pressuposto geral de todas as correntes de esquerda até então. A Cáritas passou a apoiar milhares de Projetos Alternativos Comunitários (PACs) por todo Brasil, desde 1984, contando com a ajuda da Cáritas Suíça, *Miserior, Cebemo, Entraide e Fraternité e Cáritas Alemã*”.

3. Descrever as origens, desenho, características e metodologia do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários – PAPPS e do projeto Sementes da Solidariedade;

4. Elaborar avaliação socioeconômica do projeto Sementes da Solidariedade, procedendo, para tanto, um estudo mais verticalizado cotejando os objetivos estabelecidos nos relatórios técnicos elaborados pela Cáritas com os resultados detectados através da pesquisa, fundamentalmente qualitativa, realizada junto aos beneficiários do projeto.



Figura 1 – Mapa do Ceará, destacando o município de Irauçuba.

Nessa perspectiva, destacaram-se algumas questões a fim de nortear a pesquisa empírica, a saber: Qual o significado atribuído ao projeto em foco pelos segmentos do governo e da sociedade civil envolvidos? Efetivamente, que instrumentos de ação do projeto asseguram o seu potencial de inclusão social e de superação da dinâmica do empobrecimento? Que características metodológicas e

filosóficas do projeto determinam a condição de “fundo rotativo solidário”? Existem critérios ou condicionantes para a adesão de trabalhadores ao projeto? Qual a percepção da população que está envolvida no projeto?

Ao longo da dissertação, algumas questões foram problematizadas, tais como: O que a execução e os resultados do projeto em análise representaram na vida dos protagonistas e dos atores envolvidos com o mesmo? Quais eram as suas expectativas em relação ao projeto e as opiniões após a sua implantação? Enfim, na percepção dos envolvidos mais diretamente no projeto, quais as características socioeconômicas que determinam a sua natureza “solidária”?

A importância desta dissertação fundamentar-se-á na contribuição efetiva que aportará as políticas de fomento à Economia Solidária, não só oriundas do setor público, mas, principalmente, aquelas formatadas e idealizadas no seio das redes que configuram os movimentos da Economia Social. Especificamente, no que se refere às possibilidades de fomento a empreendimentos no âmbito das finanças solidárias, tentar-se-á apontar o grau de efetividade do “retorno voluntário e solidário” através da constituição de Fundos Solidários, dos recursos financeiros investidos num projeto com forte apelo social e, sobretudo, ambiental.

1. CENÁRIO DA PESQUISA

A justificativa põe em relevo a importância e o significado das experiências de Economia Solidária no atual contexto da realidade brasileira e cearense. E as incursões metodológicas expressam os caminhos trilhados no presente percurso investigativo no sentido de apreender através de pesquisas de fontes indiretas e da coleta de campo as narrativas dos sujeitos sociais e os vários olhares sobre a experiência, objeto do presente estudo.

1.1 Justificativa

Um grande desafio para todas as esferas de governos federal, estadual e municipal tem sido a formulação e implementação de políticas públicas de apoio à

Economia Solidária, acentuando sua diferenciação em relação ao caráter compensatório das mesmas. Assim, o sentido orgânico da política de fomento à Economia Solidária, anunciado por Singer (2001), alude à possibilidade efetiva de o sistema econômico solidário ser alternativa ao sistema capitalista convencional, sujeito a constantes crises e turbulências.

Portanto, o tema da Economia Solidária e as suas possibilidades de políticas se diferenciam das políticas compensatórias voltadas para a geração e manutenção de ocupação e renda que, em geral, são imediatistas, paliativas e com reduzido poder de inserção produtiva no sistema capitalista.

A perspectiva utópica das políticas de fomento à Economia Solidária aponta para princípios que devem reger o processo de reprodução do trabalho humano, como por exemplo, a autogestão, a cooperação, a solidariedade nos processos de produção, consumo e distribuição e, logicamente, a viabilidade econômica dentro de quadrantes distintos da acumulação capitalista espoliativa.

Ainda que os empreendimentos da Economia Solidária sejam minoritários no conjunto mais amplo da pequena produção no País, convém ressaltar que, em mapeamento realizado pela SENAES (BRASIL, 2006b), foram cadastrados cerca de 20 mil empreendimentos solidários em 2.274 municípios brasileiros. Destes, 54% se constituem associações de produção; 33% são grupos informais de produção; 11% são cooperativas e 2% correspondem a outras formas de organização econômica.

O mapeamento há pouco referido indicou, ainda, uma estimativa de aproximadamente 1,5 milhão de trabalhadores vinculados à Economia Solidária. Registra-se, também, que, no que concerne ao montante de recursos financeiros movimentados no fluxo produtivo e comercial dos empreendimentos da Economia Solidária, as estimativas do Fórum Brasileiro de Economia Solidária situam-se em torno de um bilhão de reais (BRASIL 2006b).

É preciso reconhecer, portanto, que se debruça sobre um tema que, desde o ano de 2003 revestiu-se de institucionalidade e que se configurou, objetivamente, em parte de uma política estratégica do governo Lula no âmbito da política nacional

de fomento ao trabalho e ao emprego. A partir dessa data, tem-se assistido a deflagração de uma estratégia diferenciada de política pública no sentido de lastrear processos emancipatórios, não paliativos e considerando, fundamentalmente, a experiência acumulada dos movimentos sociais.

A este respeito, convém ressaltar que o próprio Paul Singer, um dos demiurgos da Economia Solidária no Brasil, referindo-se ao fato novo de os movimentos sociais terem dado o tom na concepção e implantação da política nacional de economia solidária, assim se expressou:

Estou convencido de que o país vai mudar, porque o movimento social está no governo. O caso mais escrachado disso sou eu, já que foi o movimento da economia solidária que me indicou. Devo o cargo ao movimento. (SINGER, 2004, p. 11).

A relevância deste estudo prende-se ao fato da necessidade de se conhecer a dimensão e alcance da política nacional de fomento a empreendimentos da Economia Solidária na região Nordeste e no Estado do Ceará. O interesse pelo tema das políticas destinadas à Economia Solidária surgiu quando, no final do ano de 2003, o autor envolveu-se nas discussões técnicas entre o BNB, através do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE⁴ e a SENAES que resultaram na formatação do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários – PAPPS.

Além disso, na condição de aluno do curso de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará – UFC e enquanto técnico do ETENE/BNB sentiu-se motivado a direcionar o projeto de dissertação de mestrado para a atraente realidade da Economia Solidária. Aproveitando assim, a oportunidade de conhecer a diversificada concepção de projetos selecionados pelas instituições aqui citadas, bem como o relacionamento

⁴ ETENE – Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste. A mesma lei que criou o Banco do Nordeste (Lei nº 1.649, de 19 de julho de 1952) instituiu o ETENE, que tem como responsabilidade básica: elaborar, promover e difundir conhecimentos técnicos e científicos que subsidiem as ações do BNB e da sociedade na busca do desenvolvimento sustentável. Os conhecimentos sobre a realidade socioeconômica da Região gerados no ETENE fornecem valiosos subsídios às políticas e programas governamentais voltados para o desenvolvimento regional e orientam o empresariado em suas decisões sobre investimentos na região. (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2007, p.90)

com o variado e rico conjunto de instituições não-governamentais que compõem a rede regional e estadual da Economia Solidária.

Um dos projetos financiados pelo PAPPS no Estado do Ceará, intitulado Sementes da Solidariedade, idealizado pela Cáritas Brasileira – Regional do Ceará chamou atenção pelo seu elevado nível de agregação de variáveis da Economia Solidária. Trata-se de uma experiência pioneira, iniciada em 2005 que está implantada em sete Dioceses cearenses. Assim, decidiu-se por essa experiência para compor a base empírica do projeto de dissertação. Evidente que, para essa decisão tomou-se o cuidado de se manter o distanciamento natural de técnico de uma das instituições formuladoras e executoras do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários, posição reforçada pela própria gestão compartilhada do PAPPS, exercida majoritariamente por entidades representativas do movimento social que compõe o Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

Por fim, a realização deste estudo poderá contribuir para as futuras avaliações e correção de rumos da Política Nacional de Fomento a projetos no âmbito da Economia Solidária, tema novo, arrojado e ainda não consensual entre as diversas instâncias políticas e de poder do atual governo.

1.2 Procedimentos Metodológicos

Os resultados da pesquisa científica, em qualquer ramo do conhecimento humano, devem ser apresentados de maneira clara e absolutamente honesta. Ninguém sonharia em fazer uma contribuição às ciências físicas ou químicas sem apresentar um relato detalhado de todos os arranjos experimentais, uma descrição exata dos aparelhos utilizados, a maneira pela qual se conduziram as observações, o número de observações, o tempo a elas devotado e finalmente, o grau de aproximação com que se realizou cada uma das medidas. (MALINOWSKI, 1978, p. 18).

Buscando a obtenção de respostas à problematização apresentada na introdução, utilizou-se o método monográfico, que segundo Gil (2000, p. 42) fundamenta-se no estudo aprofundado de um caso considerado representativo (uma experiência exemplar), dentre muitos outros ou mesmo de todos os casos semelhantes, podendo ser constituído por indivíduos, instituições, grupos, comunidades etc.

Com o objetivo de identificar as representações sociais, dentro do seu quadro de significações, recorreu-se à pesquisa qualitativa. Este tipo de abordagem aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas. Conforme Haguette, certos fenômenos sociais devem apoiar-se no:

Pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social face à configuração das estruturas sociais seja a incapacidade estatística de dar conta dos fenômenos complexos e dos fenômenos únicos (...) os métodos quantitativos supõem uma população de observação comparável entre si, e os métodos qualitativos enfatizam as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser (HAGUETTE, 1987, p.55).

Tratando-se de um tema relativo às ciências sociais e humanas, onde os objetos são sujeitos que falam, a abordagem quantitativa não daria conta nessa amplitude, portanto o qualitativo se apresenta com alternativa necessária.

Optou-se por realizar entrevistas semi-estruturadas e individualizadas. Esta metodologia de coleta de dados, amplamente utilizada nas ciências sociais empíricas, fornece dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. Conforme salienta Farnar (2002) “é essencialmente uma técnica, ou método, para estabelecer ou descobrir que existem perspectivas, ou pontos de vista sobre os fatos, além daqueles da pessoa que inicia a entrevista”.

Dentre os 13 municípios contemplados com o projeto Sementes da Solidariedade, foi escolhido como objeto de estudo da presente dissertação o município de Irauçuba, integrante da Diocese de Itapipoca. Convém assinalar que a escolha desta área se deu, sobretudo, em função da história das lutas populares e dos movimentos sociais os quais vêm criando instâncias organizativas que têm propiciado a constituição de um expressivo capital social. (NADDAF & LIMA, 2003).

As casas de sementes organizadas nas comunidades de Bueno e Missi envolveram diretamente 82 agricultores e agricultoras. A partir deste universo, foram selecionadas 11 lideranças comunitárias diretamente envolvidas no projeto, bem como dois técnicos da Cáritas, formuladores e executores do projeto em estudo.

Entrevistou-se também, representantes do Banco do Nordeste do Brasil – BNB, do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. As entrevistas semi-estruturadas foram gravadas e posteriormente transcritas e analisadas.

Como se trata de um primeiro estudo exploratório, a amostra foi intencional privilegiando os sujeitos sociais envolvidos no processo em análise. Recomenda-se a realização de estudos mais aprofundados, dando ênfase às histórias de vida dos pequenos agricultores, a fim de preencher determinadas lacunas.

Simultaneamente ao trabalho das entrevistas, efetuaram-se observações de campo que permitiram constatações empíricas relativas à vivência do grupo pesquisado, sempre com o cuidado necessário para a eficácia da observação na pesquisa científica dando ênfase aos registros das narrativas a fim de compreender o fenômeno observado. Nesse sentido, foi elaborado um diário de campo (HAGUETTE, 1987), no qual foram registrados detalhes do contexto, os eventos e outras anotações relacionadas ao tema, inclusive as conversas ao final das entrevistas.

Por fim, a metodologia desta dissertação fundamentou-se também na pesquisa documental, trabalhando com dados que ainda não receberam tratamento analítico e nem foram publicados. Desse modo, foram pesquisados registros oficiais e relatórios de acompanhamento produzidos pela Cáritas, SENAES e BNB, e documentos sistematizados e analisados pelo IBASE, bem como relatórios dos seminários que discutiram questões gerais do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários.

Foi realizada uma ampla pesquisa bibliográfica de autores reconhecidamente ligados ao tema, como por exemplo, o professor Paul Singer, Luis Gaiger, Noelle Lechat, Ladislau Dawbor, Coraggio, dentre outros. Além disso, a pesquisa bibliográfica incluiu artigos, dissertações e teses de mestrado/doutorado sobre a temática abordada, utilizando-se inclusive a internet, tendo sempre em vista o cuidado com a seriedade das fontes e documentos institucionais descritivos sobre tal programa.

2. BREVES FUNDAMENTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Costuma-se atribuir ao movimento da Economia Solidária um caráter experimental ou mesmo um estigma ao tratá-lo como modismo. Há evidências históricas suficientes para refutar este argumento, embora se deva admitir que, a despeito das variadas nomenclaturas atribuídas à Economia Solidária, o tema refere-se, em sua essência, às condições socioeconômicas das relações de produção entre os detentores do capital e os trabalhadores. Isso fica mais visível ainda quanto mais se recua no tempo, principalmente quando os princípios do liberalismo econômico e a categoria conceitual “mercado” ainda não exerciam o fetiche que o atual estágio do capitalismo atribui ao tema.

As marcantes evidências históricas sobre as manifestações da Economia Solidária as impedem de serem tachadas de simples “modismo”. Assim, Durkheim (1999) nos mostrou que as manifestações e organização do trabalho em formas associativas têm raízes profundas na Idade Média. Por volta do século XIII, as guildas, confrarias e corporações de ofícios constituíam formas remotas de organização do trabalho solidário.

Neste sentido, Durkheim relata que no âmago das relações entre as profissões, anteriores às corporações da Idade Média, foram observadas experiências profissionais organizadas na Grécia e em Roma. Atesta o autor em foco que “desde a época de Cícero todas as classes de trabalhadores parecem possuídas pelo desejo de multiplicar as associações profissionais” (DURKHEIM, 1999, p. 14).

Nada mais ilustra o caráter orgânico da organização solidária das corporações quando Durkheim assim se pronuncia:

O que vemos antes de mais nada no grupo profissional é um poder moral capaz de conter os egoísmos individuais, de manter no coração dos trabalhadores um sentimento mais vivo de sua solidariedade comum, de impedir que a lei do mais forte se aplique de maneira tão brutal nas relações industriais e comerciais (DURKHEIM, 1999, p. 16).

Referindo-se ainda às corporações romanas, Durkheim (1999, p. 19) destaca que não só a motivação econômica era o elo principal do espírito associativo:

Mesmo nas corporações operárias as pessoas se associavam antes de mais nada pelo prazer de viver juntas, para encontrar fora da casa, distrações para suas fadigas e seus aborrecimentos, para criar uma intimidade menos restrita do que a família, menos extensa do que a cidade, e tornar assim a vida mais fácil e mais agradável.

Convém ressaltar a relação estabelecida por Durkheim entre a vida medieval das comunas e as corporações de ofícios. Neste sentido, fala de uma solidariedade presente nestas quando artesãos e mercadores tiveram mais ou menos os seus clientes como moradores das comunas (cidades), ou seja, enquanto o mercado foi principalmente o local, o corpo de ofícios, com sua organização restrita à comuna, suprindo todas as suas necessidades. Por fim, vale observar a ligação construída entre o passado e o futuro em termos de corporações solidárias estabelecidas por Durkheim (1999, p. 35), quando assim se expressou:

A família foi, no passado, a legisladora de um direito e de uma moral, cuja severidade chegou com freqüência ao extremo da rudeza, ao mesmo tempo em que o meio em que os homens aprenderam, pela primeira vez, a desfrutar das efusões do sentimento. Vimos, também, como as corporações, tanto em Roma como na Idade Média, despertavam essas mesmas necessidades e procuravam satisfazê-las. As corporações do futuro terão uma complexidade de atribuições ainda maior, devido à sua maior amplitude. Em torno de suas funções propriamente profissionais virão agruparem-se outras, que cabem atualmente aos municípios ou a sociedades privadas. São elas as funções assistenciais que, para serem bem desempenhadas, supõem entre assistentes e assistidos sentimentos de solidariedade, uma certa homogeneidade intelectual e moral.

Além da contribuição de Durkheim para uma prospecção histórica acerca dos fundamentos da Economia Solidária, é necessário fazer alusão a outros pensadores sociais dos séculos XVIII e XIX, denominados “socialistas utópicos”. Estes, na ótica de Singer (2001), estruturaram a idéia do cooperativismo revolucionário. Nessa perspectiva, o pensador Saint-Simon (1760-1825) propugnou a idéia de um sistema industrial cujo objetivo seria buscar o bem-estar às classes trabalhadoras, além de gerar ocupações para todos os trabalhadores. Sandroni (2005), referindo-se a este pensador, considera-o um representante do socialismo utópico, numa linha tecnocrática. Acrescenta, ainda, que Saint-Simon propôs uma

ordem social organizada racionalmente por cientistas e industriais, que substituiriam respectivamente, o clero e a nobreza.

Outro socialista utópico ou romântico que contribuiu com preceitos filosóficos para a Economia Solidária foi Charles Fourier (1772-1837). Segundo Sandroni (2005, p. 356), este pensador:

Via nas desordens sociais provocadas pelo comércio e pelo afã do lucro dos empresários e detentores do poder econômico os sinais da decadência da civilização. Ao liberalismo econômico, causador dessa situação, contrapunha a “liberdade das paixões”, baseada na “atração social”. Para concretizar suas idéias, propôs a criação de comunidades cooperativas livres, os falanstérios, bases de uma nova organização social.

Convém assinalar que os falanstérios buscavam através da prática a repartição justa dos bens e produtos, segundo o trabalho, o capital e o talento empregados. É provável que a experiência desta categoria construída por Fourier se assemelhe às experiências dos atuais Centros Públicos de Economia Solidária, apoiados pela SENAES, objetivando articular a produção e o consumo, melhorando a distribuição da renda dos produtores, mediante práticas de comércio justo.

As idéias socialistas do pensador Pierre Proudhon (1809-1865) são baseadas na crítica radical à propriedade privada. Adepto ao anarquismo, este socialista propugnou pelo sistema de círculos de ajuda mútua no qual o dinheiro era substituído por certificados de circulação como um meio de assegurar a troca de serviços das sociedades, ou seja, o mutualismo como organização econômica ideal. Na ótica de Sandroni (2005, p. 698), este mutualismo “seria a forma de uma sociedade formada por pequenos proprietários e trabalhadores, com todas as forças coercitivas de governo abolidas e substituídas por associações voluntárias auto-administradas e federadas”. A par dessas indicações, nota-se certa convergência teórica de Proudhon para as experiências atuais dos clubes de troca lastreados em moedas sociais.

Ao admitir-se que os princípios da autogestão e do cooperativismo são as experiências mais concretas no âmbito da Economia Solidária, percebe-se, também, que tais evidências são respaldadas nas teses socialistas de Robert Owen (1771-

1858). Trata-se de um industrial e reformador inglês que na sua própria fábrica, em New Lanark, na Escócia, adotou melhorias sociais como a criação de escolas para filhos de operários e de armazéns que vendiam alimentos a preço de custo. Owen é o idealizador das primeiras cooperativas de produção e dos movimentos trabalhistas, por intermédio da organização de centrais sindicais. Conforme atesta Sandroni (2005), o socialista utópico em questão advogava a tese de que remuneração digna, e boas condições de trabalho aos operários, não são incompatíveis com os lucros. Em 1832, Owen fundou em Hampshire uma famosa comunidade de cooperação, na qual se desenvolviam atividades industriais e agrícolas, e os excedentes destes setores eram permutados em condições mutuamente vantajosas. Certamente, tais princípios do owenismo influenciaram as atuais experiências das cooperativas autogestionárias.

Os socialistas utópicos, de acordo com Buber (1945, p. 27 apud LECHAR, 2002), lutaram “pelo máximo de autonomia comunitária possível, dentro da reestruturação da sociedade”. Lechar (2002) adverte ainda que Buber apresenta três pares de pensadores socialistas divididos em gerações históricas: o primeiro, composto por Saint-Simon e Fourier, que nasceram antes da Revolução Francesa e faleceram antes de 1840; o segundo, composto por Owen e Proudhon, que morreram entre 1848 e 1870 e, por fim, o terceiro, composto por Kropotkin e Landauer, nascidos após 1870 e falecidos depois da primeira guerra mundial.

Na perspectiva de atualizar os fundamentos históricos da Economia Solidária, observa-se que, no século XX, Polanyi (2002) indica que a hegemonia do mercado foi invenção do século XIX, visto que este anteriormente ocupava posição secundária no capitalismo. Este pensador, baseado em estudos antropológicos, ressaltou o fato de muitos grupos sociais não conhecerem a instituição mercado, mas outras formas de trocas determinadas por valores não-mercantis. Na visão de Maclver, na introdução do livro *A grande transformação*, de Polanyi (2002):

Os moinhos satânicos descartavam todas as necessidades humanas, menos uma: inexoravelmente, eles começaram a triturar a própria sociedade em seus átomos. Assim, os homens tiveram que descobrir a sociedade. Para o Sr. Polanyi, a última palavra é a sociedade. O principal espectador da tragédia da Revolução Industrial foi convocado não pela insensibilidade e ganância dos capitalistas em busca do lucro – embora isto

registrasse uma grande desumanidade – mas pela devastação social de um sistema incontrolado, a economia de mercado.

Em suma, Polanyi (2002, p. 273) propugnava que não seria o capitalismo e nem o mercado, os marcos ideais para a convivência societária ideal. Para ele:

O socialismo é, na sua essência, a tendência inerente a uma civilização industrial de transcender o mercado auto-regulável, subordinando-o, conscientemente, a uma sociedade democrática. Ele é a solução natural para os trabalhadores industriais que não vêem qualquer motivo para que a produção não seja diretamente regulada e que os mercados sejam mais que uma característica útil, mas subordinada, numa sociedade livre (POLANYI, 2002, p. 273).

Numa perspectiva mais recente, e trazendo em seu bojo fortes conotações ambientalistas, o economista Furtado (1974, p. 19), embora sem ser um intelectual orgânico defensor diretamente da Economia Solidária, assim se pronunciou:

Que acontecerá se o desenvolvimento econômico, para o qual estão sendo mobilizados todos os povos da terra, chega efetivamente a concretizar-se? A resposta a essa pergunta é clara, sem ambigüidades: se tal acontecesse, a pressão sobre os recursos não renováveis e a poluição do meio ambiente seriam de tal ordem (ou, alternativamente, o custo do controle da poluição seria tal elevado) que o sistema econômico mundial entraria necessariamente em colapso.

A par deste abalizado prognóstico, deduz-se que Furtado se antecipou às atuais preocupações mundiais acerca do chamado “efeito estufa”, calamidade foco de quase todas as grandes tragédias ocorridas no ecossistema ambiental da Terra. Assim, o referido autor trouxe à tona preocupações presentes no conjunto das argumentações teóricas da Economia Solidária, qual seja a incessante devastação ambiental que coloca em risco a existência humana saudável.

Conforme já mencionado na introdução desta dissertação, a teoria de Schumpeter (1982) é indiscutivelmente um dos mais consistentes pilares que arrimam o atual capitalismo globalizado. Por mais inusitado que pareça, este autor apologista do desenvolvimento calcado nas inovações tecnológicas e no papel dos empresários empreendedores, escreveu o livro *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, em 1942. Esta obra foi considerada pessimista, porquanto este autor, um ferrenho adversário do socialismo, vaticinou que o futuro será o desaparecimento do capitalismo e o inevitável triunfo do socialismo. (SANDRONI,

2005, p. 758). Assim Schumpeter, já naquela época previa que, em vista do avassalador ritmo do crescimento econômico, um novo mundo deve acontecer, ou mesmo que, a manutenção da vida na Terra clama por outro sistema econômico.

Em meio a estas argumentações históricas aqui colocadas, impõem-se, agora, observar o campo conceitual da Economia Solidária. Assim, Gaiger (1999 apud BERTUCCI; MARINHO, 2003, p. 67) considera a Economia Popular Solidária “como as iniciativas populares de geração de trabalho e renda baseadas na livre associação de trabalhadores e nos princípios da autogestão e cooperação”. Na concepção deste autor, os empreendimentos econômicos solidários são organizações coletivas, de trabalho e renda, de autogestão, de democracia, participativa, igualitarismo, de cooperação no trabalho, e de auto-sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade.

Adotando a terminologia “Socioeconomia Solidária”, Arruda (2000 apud BERTUCCI; MARINHO, 2003, p. 67) define-a como:

Um movimento que transcende as iniciativas restritas ao econômico. Além das transformações institucionais na esfera socioeconômica, implica em mudanças profundas no nível das relações sociais e culturais: envolve mudanças na visão de mundo e paradigmas, valores, atitudes, comportamentos, modos de relação, aspirações, paixões e desejos.

Em recente entrevista, Singer (2008, p. 289) definiu a Economia Solidária “como um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central”. Para este economista, atualmente exercendo o cargo de Secretário Nacional de Economia Solidária, o princípio básico da solidariedade é a autogestão, ou seja, empreendimentos que são geridos pelos próprios trabalhadores organizados coletivamente e seguindo os princípios democráticos.

Lechat (2002) informa que o conceito de Economia Solidária aparece no Brasil em 1993, por meio do livro *Economia de Solidariedade e Organização Popular*, no qual o chileno Luis Razeto (1993, p. 40 apud LECHAT, 2002) assim se posiciona:

Uma formulação teórica de nível científico elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas que compartilham alguns traços construtivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas.

Concebido na perspectiva latino-americana, França Filho e Laville (2004, p. 9) contextualizam a Economia Solidária no âmbito do desemprego e da precarização das relações de trabalho. Assim, referidos autores atestam que ela se move na dinâmica da luta pela preservação de postos de trabalho, mediante a substituição de firmas capitalistas em crise por cooperativas formadas pelos próprios trabalhadores ameaçados pelo desemprego; e de lutas pela criação de novos postos de trabalho pela conquista da terra via reforma agrária ou pela organização de pessoas excluídas da produção social em diversas modalidades de empreendimentos autogestionários.

No cipoal de conceitos sobre o tema da Economia Solidária, convém destacar a premente necessidade de se construir as bases de uma nova sociedade distinta do padrão capitalista hegemônico. No entender de Bertucci (2002, p. 22), trata-se de um novo modelo de sociedade, não apenas de desenvolvimento, mas de cultura, filosofia, e que aponte para o fortalecimento da contra-hegemonia, isto é, de que o capitalismo não só não significa o “fim da história”, mas que a crise atual aponta para possibilidades de sua superação.

Acerca de todo o processo de exclusão e de opressão instalado atualmente pelo neoliberalismo, por demais questionado pela Economia Solidária, Oliveira (2006b) preceitua a necessidade básica que marca a vida humana, através da criação de uma teia de relações sociais, onde se possa viver humanamente, por meio do respeito mútuo e da comunhão com os outros. Trata-se da construção de processos de liberdade solidária e de uma configuração da vida coletiva que seja igualmente personalizante e socializante, baseada em direitos e oportunidades iguais para todos, na cooperação em vez da competição, e no respeito aos limites da natureza e aos direitos das gerações futuras.

Tendo em vista o conjunto das definições sobre a Economia Solidária, entende-se que os elementos comuns aludidos nos conceitos destacam a perspectiva de um outro modo de produção, em que, as relações sociais de trabalho sejam diferentes, porquanto a propriedade dos bens é coletiva ou associativa. O resultado deste processo, segundo Singer (2002), é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda. No entender deste autor, ainda que toda a organização econômica se desse sob a égide dos princípios solidários, sempre haveria necessidade de um poder público com a missão de “captar parte dos ganhos acima do considerado socialmente necessário para redistribuir essa receita entre os que ganham abaixo do mínimo considerado indispensável” (SINGER, 2002, p. 10).

Por fim, o Ministério do Trabalho e do Emprego – MTE, por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES (BRASIL, 2006b), área estatal responsável pelo fomento à Economia Solidária vem atuando neste setor. Sua ação vem sendo referenciada com base nas experiências protagonizadas pela sociedade civil em vários recantos do País como, por exemplo, a *Justa Trama*⁵ e *Usina Catende*⁶, que se fundamentam numa atitude crítica frente ao modelo de desenvolvimento capitalista, produzindo riqueza, gerando miséria, subordinando e explorando o trabalho, degradando a natureza e colocando em risco a própria sustentabilidade do Planeta.

Atestam, ainda, que a Economia Solidária deve ser orientada por valores não-mercantis, como a solidariedade e a democracia, sempre incorporando as dimensões culturais, éticas e ecológicas do desenvolvimento, no qual a produção, a

⁵ No Brasil, uma das experiências de cadeia de produção e distribuição na Economia Solidária é da cadeia do algodão ecológico *Justa Trama*. Nesta cadeia envolvem-se desde o pequeno agricultor do algodão do Ceará, as cooperativas da fiação e tecelagem de São Paulo, cooperativas de confecção de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, bem como os acessórios de sementes de cooperativa de Rondônia. Todo o processo de produção é realizado em cooperativas da Economia Solidária. Além disso, os produtos desta cadeia são comercializados nos espaços do movimento de Economia Solidária, como feiras e lojas. Isso é outra forma de produzir e consumir, possibilitando a distribuição real de renda e concretizando uma sociedade justa e igualitária. E, fundamentalmente em respeito e preservando a natureza (In: FBES:Ousar e solidariedade: partilha de práticas de economia social e solidária no Brasil e no Quebec. p. 55).

⁶ Conhecer a experiência de economia solidária autogestão e educação popular vivenciadas pelos trabalhadores da Usina Catende, contando inclusive com apoio do BNB. www.catendeharmonia.com.br

distribuição e a preservação dos recursos naturais são tomadas como eixos para instituir um processo emancipatório.

Na perspectiva teórico-operacional, em vista da concepção e definição de políticas, a SENAES preceitua que a Economia Solidária corresponda ao conjunto de atividades de produção, distribuição, consumo, poupança, crédito, etc. organizadas sob a forma de autogestão. Esta significa, de forma geral, a organização e o controle do processo de produção pelos trabalhadores associados, que decidem também sobre a destinação do produto. (BRASIL 2006a). Em suma, o conjunto dessas atividades e formas de organização deve trilhar pelos princípios da cooperação, autogestão, viabilidade econômica e solidariedade. Estes, ainda que complementares, não funcionam isoladamente, e sempre deverão estar presentes nos empreendimentos da Economia Solidária.

2.1 A Gênese de uma História em Construção – a Economia Solidária

Como caso de sucesso e exemplo de empreendimento autogestionário e cooperativo dentro dos princípios da Economia Solidária, está a Corporação Cooperativa de Mondragón, um complexo empresarial que envolve pesquisa e desenvolvimento de alta tecnologia. Singer (2002, p.98) destaca:

Trata-se provavelmente do maior complexo cooperativo do mundo, que combina cooperativas de produção industrial e de serviços comerciais com um banco cooperativo, uma cooperativa de seguro social, uma universidade e diversas cooperativas dedicadas à realização de investigações tecnológicas.

A cooperativa originou-se na pequena cidade de Mondragón, norte da Espanha, em 1956, pela iniciativa do padre José Maria Arizmendiarrreta, que após criar uma escola técnica na qual lecionava os princípios da Economia Solidária, conseguiu patrocínio de cerca de 100 moradores da cidade para transformar uma empresa de fogões falida em uma empresa autogestionada.

Com destacada preocupação pelo desenvolvimento do progresso técnico, da educação e da pesquisa, a cooperativa fortaleceu os princípios de cooperação e expandiu sua estrutura entre vários grupos cooperados, promovendo fusões com

outras cooperativas e desenvolvendo trabalhos de assistência social em meio à concorrência capitalista.

O exemplo de Mondragón, além de inspirar várias iniciativas em outras partes da Espanha e nos Estados Unidos, se tornou paradigma para cooperadores e estudiosos do mundo inteiro.

Outro exemplo é o do Grameen Bank (Banco da Aldeia), criado em Bangladesh, um dos lugares mais pobres do mundo, por Muhammad Yunus, ganhador do prêmio Nobel da Paz em 2006.

Yunus inspirou um grupo de professores e estudantes de economia da Universidade de Chittagong, durante uma época de grande fome em 1974. Observou que a fome não resultava da falta de comida, mas da incapacidade de uma grande parte da população de comprá-la por falta de dinheiro. “Em tempos de fome, apesar das abundantes reservas de cereais, os pobres não tinham acesso à alimentação” (YUNUS, 1997, p. 79 apud SINGER, 2002). Estudando e investigando as causas da pobreza na aldeia Jobra, próxima à Universidade de Chittagong, o grupo identificou 42 pessoas (em sua maioria viúvas, abandonadas, quase sempre com filhos), que trabalhavam por conta própria como artesãs ou agricultoras e que dependiam de empréstimos feitos a agiotas que depois lhes compravam a produção, criando um ciclo de dependência.

Os professores fizeram uma descoberta revolucionária, de que o valor que os pobres necessitavam era irrisório, por exemplo: Sufia Begum, que fabricava tamboretas de bambu, poderia libertar-se do jugo da usura se pudesse dispor de cinco takas (moeda de Bangladesh), equivalente a 22 centavos de dólar, e a totalidade dos pobres da aldeia precisaria de uma soma de 856 takas (27 dólares) para se livrar das garras dos agiotas. O próprio Yunus, como aplicação filantrópica emprestou as 856 takas, sem prazo certo de reembolso e sem juros. Assim, começou a odisséia do Banco da Aldeia. Usando seu crédito pessoal como garantia, fez empréstimos em bancos e os repassou aos pobres. No início, Yunus convenceu o presidente do Banco Agrícola a abrir uma agência experimental em Jobra, o que permitiu o crescimento do Banco da Aldeia. Outra invenção metodológica importante

foi substituir a garantia real (inexistente) pelo aval solidário. O Banco da Aldeia só aceitava como membros grupos de cinco mulheres, dispostas a se responsabilizar coletivamente pelos empréstimos feitos a cada uma.

Individualmente, os pobres se sentem expostos a todo tipo de perigos. O pertencer a um grupo dá-lhes uma espécie de segurança. O indivíduo sozinho tende a ser imprevisível e inseguro. Em um grupo, beneficia-se do apoio e da emulação de todos. Sua conduta se torna mais regular e mais confiável em matéria de empréstimos. (YUNUS, 1997, p.125 apud SINGER, 2002).

Resumindo, o Banco da Aldeia é o antibanco: faz tudo o que os bancos convencionais fazem, porém, ao contrário. Trabalha com os clientes realmente pobres, enquanto os outros bancos se preocupam com a capacidade de pagamento dos clientes. A experiência do Banco da Aldeia inspirou programas de microcrédito no mundo todo, inclusive o CREDIAMIGO⁷ do BNB, embora nem sempre correspondam exatamente à proposta original, pois as especificidades locais estabelecem diferenciações. Hoje, no Brasil, existem várias experiências de microcrédito que têm priorizado os grupos mais pobres e que busca no seu cotidiano tecer relações democráticas e emancipatórias, inspirando-se não só no banco de Yunus, como também em outras experiências exitosas.

2.2 Economia Solidária e as Dinâmicas da Sociedade Civil⁸ no Brasil

O cooperativismo chegou ao Brasil trazido pelos imigrantes no início do século XX, principalmente como cooperativas de consumo nas cidades e cooperativas agrícolas no campo. Nas chamadas “décadas perdidas” de 1980 e

⁷ CREDIAMIGO é o programa de microcrédito produtivo orientado do Banco do Nordeste que contempla microempreendedores urbanos informais concedendo empréstimos no valor médio de R\$ 800,00. É denominado “produtivo” porque é voltado para atender a pessoas físicas e jurídicas responsáveis por atividades de pequeno porte, destinadas à produção e comercialização de bens ou à prestação de serviços. É também “orientado”, pois o cliente recebe juntamente com o crédito, a assistência e o acompanhamento de um assessor de crédito do programa, que lhe presta orientações sobre a definição da necessidade de crédito, bem como seu melhor aproveitamento e aplicação. O programa existe desde 1998 e adota a metodologia do aval solidário, que dispensa a apresentação de garantias formais, rompendo a principal barreira de acesso ao mercado de crédito tradicional. (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2006, p. 77).

⁸ De acordo com Gramsci, o núcleo da Sociedade Civil não é apenas o indivíduo e o individualismo, mas também organizações privadas, como empresas. (JOHNSON, 1997, p. 214).

1990, com a crise social que gerou desemprego, a precarização das relações de trabalho e a acentuada exclusão social, ressurgem no Brasil inúmeras experiências de Economia Solidária.

Nos anos 1980, a Cáritas, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), financiou milhares de pequenos projetos alternativos comunitários (PACs) e parte desses se transformou em unidades de Economia Solidária, com grau de autonomia diferenciado.

As cooperativas autogestionárias constituem a forma encontrada pelos trabalhadores para preservar seus postos de trabalho, assumindo empresas falidas ou em processo de falência e se transformando em gestores das mesmas. A experiência autogestionária demonstraria a superfluidade da figura do patrão, que só se justifica pela antítese entre o capital e o trabalho. No início da década de 1990, nasceu a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG)⁹, e a União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (UNISOL).

Outro importante componente da Economia Solidária foram as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPS), órgãos multidisciplinares, integradas por professores, alunos e funcionários de Universidades, oferecendo formação em cooperativismo e Economia Solidária, apoio técnico, logístico e jurídico para viabilizar empreendimentos autogestionários. As articulações para a criação das Incubadoras surgiram no contexto da Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria pela Vida. Este movimento cujo principal protagonista foi o sociólogo Herbert de Sousa, conhecido como Betinho, lutou através de três vertentes centrais: arrecadação e doação de alimentos; reforma agrária e geração de trabalho e renda.

Instituições como a ANTEAG, a UNISOL, ITCPS, dentre outras têm contribuído com prefeituras de diversas cidades brasileiras e com alguns governos

⁹ ANTEAG – Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão: Tem mais de 10 anos de existência e nasceu como resposta de parte do movimento sindical às situações de falência de empresas. Surge no interior do Dieese, órgão de assessoria sindical, e passa paulatinamente a ser assumida pelos próprios trabalhadores das várias empresas articuladas. Foi uma das principais entidades de formação para autogestão e fomento da Economia Solidária no governo do Rio Grande do Sul. Teve parte de seu trabalho avaliada pelo IBASE. (BARBOSA, 2007, p.182).

estaduais e municipais na capacitação dos beneficiários de programas de renda mínima, frentes de trabalho ou outros congêneres.

Mais recentemente, em 1999 foi criada a ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário¹⁰, pela Central Única dos Trabalhadores – CUT maior central sindical brasileira, em parceria com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE). Esta Agência tem como objetivo difundir conhecimentos sobre a Economia Solidária entre lideranças sindicais e militantes de entidades de fomento da Economia Solidária, através de parcerias com Universidades, como por exemplo, a UNICAMP, através do seu Instituto de Economia e do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho – CESIT.

2.3 Considerações sobre o Empoderamento

A Cáritas, cujo projeto Sementes da Solidariedade foi escolhido como objeto empírico desta pesquisa, vem desde a década de 1980 através dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs), desenvolvendo ações que contribuem para o empoderamento dos grupos/comunidades na reivindicação de políticas públicas e de direitos sociais, favorecendo também a inserção nas articulações em redes e fóruns sociais mais amplos. Tal projeto embora de caráter produtivo, cujo objetivo era a emancipação dos participantes da pobreza em que estavam mergulhados, já naquela época se vislumbrava o empoderamento, a emancipação política e espiritual, mediante o engajamento nas lutas por uma sociedade mais justa e menos desigual. (Bertucci e Silva. 2003)

Como foi visto anteriormente, o conceito empoderamento é uma das importantes contribuições da Economia Solidária, à medida que os grupos passam por processos formativos sobre a temática e têm acesso a recursos públicos

¹⁰ ADS/CUT – Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores: Traduz o esforço de parte do movimento sindical dos/as assalariados/as de buscar alternativas aos desempregados e/ou precarizados. Sua criação é recente e as agências estaduais implantadas concorrem com recursos, diagnósticos, elaboração de projetos e assistência técnica, oferecidos e, em alguns casos, partilhados com outras organizações. (BARBOSA, 2007, p. 183)

destinados aos empreendimentos autogestionários. Por esta razão, é importante realizar uma breve discussão sobre o conceito.

O empoderamento, tal qual a sociedade civil, é um conceito motivador que engloba diversos grupos e uma ampla variedade de respostas. Estudos sociológicos apontam três formas básicas de poder – social, político e econômico – e mostram que o acesso a qualquer dessas fontes resulta em efeitos positivos no progresso do indivíduo, da família ou do grupo. O “poder” (como forma de dominação, de emancipação) exerce um papel dominante na determinação dos que progredem e dos que não podem fazê-lo.

A noção de empoderamento começa a ser utilizada na década de 1970, e passa a ser um termo em disputa no campo ideológico de desenvolvimento, juntamente com outros conceitos, tais como capital social e capacidades. O empoderamento constitui uma categoria analítica muito evidente nas políticas e nos programas das ONGs nacionais e internacionais; tornou-se um termo corrente e desde 1990 se converteu em conceito central no discurso e na prática do desenvolvimento, muito embora seja um termo complexo que não se define facilmente, dando margem a inúmeras interpretações, sendo mais facilmente exposto do que posto em prática. Em alguns casos, o empoderamento passou a ser ensinado em salas de aula, como forma de suprir a ausência da troca de experiências, e a construção de respostas conjuntas em face das situações de dominação específicas, supervalorizando os efeitos políticos da ação pedagógica em detrimento dos efeitos pedagógicos da ação política.

Romano e Antunes (2002) destacam o papel dos movimentos sociais e organizações populares nos processos de transformação do Estado e de mudança social orientados para a superação da pobreza.

No combate à pobreza, o empoderamento dos pobres e de suas organizações se orienta para a conquista da cidadania, isto é, a conquista da plena capacidade de um ator – individual ou coletivo – de usar seus recursos econômicos, sociais, políticos e culturais para atuar com responsabilidade no espaço público na defesa de seus direitos, influenciando as ações dos governos na distribuição dos serviços e recursos. (ROMANO; ANTUNES, 2002, p. 20).

Têm relevância no debate sobre o empoderamento algumas conceitualizações e questionamentos sobre o poder: será o “poder sobre” recursos (físicos, humanos, financeiros) ou sobre ideologias (crenças, valores e atitudes) o que empodera? Ou será o “poder para” ou “de dentro”, como habilidade, capacidade de ser ou de se expressar por si mesmo que conduz ao acesso e controle de meios necessários à existência? Ou seja, é o controle e poder sobre recursos externos ou é o processo de transformação interna que leva ao empoderamento das pessoas vivendo na pobreza? (ROMANO; ANTUNES, 2002, p. 24).

Existe ainda a discussão sobre a noção de poder com “soma variável” ou com “soma zero”. Na noção de poder de “soma variável” os que não detêm poder podem ser empoderados sem alterar a natureza e os níveis de poder existentes por parte de grupos poderosos. Por outro lado, na noção de poder de “soma zero” implica em que o grupo que conquista o poder, inevitavelmente gera uma redução de poder por parte dos grupos dominantes. O acesso a terra por parte de grupos sem-terra pode constituir um exemplo que dependendo do caso pode ter soma zero ou soma variável. Quando se tem ganhadores e perdedores como no caso de uma invasão “soma zero”, mas que também pode ser exemplo de “soma variável” na medida em que o proprietário da terra tenha sido remunerado com preço justo e se considerarmos que a política de redistribuição de terras traz ganhos indiretos para outros grupos.

Cornwall (1992) relaciona o poder com o conhecimento, o qual consiste em uma fonte de poder: “todo o trabalho de desenvolvimento está relacionado ao controle do conhecimento”. Caso os pobres e excluídos tenham acesso às fontes de conhecimento, haveria maior possibilidade de mudanças nas estruturas que permeiam as relações de poder existentes nas sociedades capitalistas, podendo gerar transformações radicais. O conhecimento pode oferecer legitimidade e autoridade e sua construção e disseminação são ferramentas poderosas e também contribui para interpretar o contexto em que vivemos. (OCAMPO, 1996 apud OAKLEY; CLAYTON, 2003). Através do conhecimento e do acesso à informação, pessoas ou grupos sociais podem sair da condição de “beneficiário” para sujeitos ativos do processo.

Para Paulo Freire, o poder é usado na perspectiva de gerar o aumento da conscientização e o desenvolvimento de uma “faculdade crítica” entre os marginalizados e oprimidos. Este poder de “fazer” e de “ser capaz”, bem como de sentir-se com mais capacidade e exercer o controle das situações, implica superar décadas ou até mesmo séculos de aceitação passiva e fortalecer habilidades para que os grupos excluídos possam atuar como atores legítimos no desenvolvimento.

Para Foucault (1978 apud ROMANO; ANTUNES, 2002, p. 86), poder não é uma substância finita que pode ser alocada a pessoas ou grupos. O poder é relacional, é algo que somente existe quando se usa, é constituído por uma rede de relações sociais entre pessoas que têm algum grau mínimo de liberdade. O poder se constrói e funciona a partir de outros poderes, dos efeitos destes, e não somente pelo processo econômico. As relações de poder se encontram estreitamente ligadas às familiares, às sexuais, às produtivas; intimamente entrelaçadas e desempenhando um papel de condicionante e condicionado. Na análise do fenômeno do poder não se deve partir do centro e descer, mas sim realizar uma análise ascendente.

Segundo Costa, o conceito de empoderamento surgiu com os movimentos de direitos civis nos EUA nos anos 1970, através da bandeira do poder negro, como uma forma de autovalorização da raça e conquista de uma cidadania plena. A autora define empoderamento como “o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência de sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir”. (COSTA 2000, p. 7 apud ROMANO, 2006, p. 98),

Ao se falar em desenvolvimento voltado para o empoderamento, devem-se levar em consideração as dinâmicas da política local e os diferentes grupos de interesse, a política estatal e a economia, ou seja, envolve uma gama de interpretações e significados associados. A pobreza constituída é perpetuada por relações de poder e transmitida entre as gerações; a pobreza é um estado de desempoderamento; os indivíduos e os grupos pobres não têm poder suficiente para melhorar suas condições nem a sua posição nas relações de poder e de dominação nas quais estão inseridos.

O empoderamento não é simplesmente apoio às iniciativas locais nem uma terapia para fazer com que os pobres se sintam melhores com sua pobreza ou tenham mais consciência política. Trata-se de um processo de construção social na perspectiva de promover um desenvolvimento interativo e compartilhado reconhecendo as habilidades e conhecimentos das pessoas. Está relacionado com as conquistas de espaço na esfera político-social geradoras de mudanças positivas nos indivíduos, nas comunidades e nas relações sociais. Como foi visto, o conceito de empoderamento é, portanto, amplo e complexo dificultando a verificação empírica dos seus impactos nos processos em curso.

2.4 Economia Solidária e Políticas Públicas: Desvendando a Realidade

A formulação e implementação de políticas públicas específicas e de caráter estruturantes são de fundamental importância na geração de mudanças substantivas na realidade social. Nessa perspectiva, se circunscreve o campo da Economia Solidária, podendo esta se articular com políticas de transferência de renda e de caráter assistencial dentro de visão emancipatória e de sustentabilidade.

A partir da última década do século passado, as experiências brasileiras vêm se multiplicando. No Fórum Social Mundial (FSM) de 2001, em Porto Alegre, o tema Economia Popular Solidária foi amplamente discutido durante dois dias, em painéis e oficinas, congregando um público de mais de 700 pessoas. Através desses espaços de discussão, se constatou a visibilidade de experiências de Economia Solidária, bem como se pautou a necessidade de desenhar políticas públicas voltadas para apoiar as demandas sociais daí advindas e expandi-las¹¹.

Naquela ocasião, com a presença de Paul Singer, foi planejado um seminário para discutir a problemática da Economia Solidária, e fazer um balanço das experiências desenvolvidas no Brasil pelas seguintes instituições: Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão (ANTEAG), a Cáritas e a

¹¹ Nesse período, foi discutida a experiência do governo francês com a presença do secretário de Economia Solidária do Ministério do Trabalho da França, Guy Hascoet.

Central Única dos Trabalhadores (CUT) dentre outras. Também foi criado um grupo de trabalho com o objetivo de levar aos organizadores do FSM, propostas nas quais se articulasse os princípios da Economia Solidária e sua contribuição para a construção de um “outro mundo possível”. Nessa ocasião, foi lançada a Rede Brasileira de Sócioeconomia Solidária, integrada por diversas entidades de fomento da economia solidária do País, rede eletrônica que enseja o intercâmbio de notícias, de opiniões, de troca de experiências e de relações comerciais entre cooperativas e associações produtivas e de consumidores.

Por ocasião do II Fórum Social Mundial em 2002, também em Porto Alegre, foi realizada uma Conferência de Economia Solidária. Essa conferência foi considerada o segundo maior evento do Fórum. Esse fato motivou a montagem de uma equipe com o objetivo de estruturar o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)¹², cuja diretriz seria propiciar a participação efetiva dos setores produtivos, dos grupos de fomento e de assessoria, incluindo-se também gestores municipais ligados ao tema. Ainda neste evento, foi lançado o documento “*Princípios da Economia Solidária*” para orientar os movimentos organizados nos diversos estados brasileiros.

Em 2003, o Brasil já contava com seu novo presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, que havia se comprometido em garantir um espaço para a Economia Solidária dentro da estrutura do governo, com o objetivo de potencializar, fomentar e garantir um ambiente que fosse mais favorável aos empreendimentos, em termos de políticas públicas. No III Fórum Social Mundial, foi aprovado o documento “Carta ao Lula”, onde se propunha o nome do professor Paul Singer para uma Secretaria de Economia Solidária a ser criada.

¹² O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) é uma instância nacional de articulação, debates, elaboração de estratégias e mobilização da Economia Solidária no Brasil, e também um espaço de confluência de um conjunto de atores e redes sociais diversos que se uniram em torno de um projeto de construção de uma outra economia e de crítica ao modelo econômico hegemônico. A fundação do FBES permitiu dar forma a um movimento – em construção desde a década de 1980 e com maior fôlego nos anos 1990, a partir de experiências inicialmente dispersas, oriundas da organização de diversos setores sociais no campo e na cidade e incentivadas por militantes, entidades e intelectuais, na busca por novas formas de geração de trabalho e renda baseados na cooperação e na solidariedade.

De fato, o presidente Lula atendeu às reivindicações e demandas da sociedade civil quando, em junho de 2003, criou a Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES) no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego e, atendendo aos anseios dos movimentos sociais, nomeou o professor Paul Singer como secretário. Acompanhando os desdobramentos na área governamental, os movimentos sociais realizaram, em junho de 2003, a III Plenária de Economia Solidária quando foi instituído o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

Após um período de estruturação, ocorrido no segundo semestre de 2003, a SENAES lança, em 2004, o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento que tinha como objetivo geral fortalecer e divulgar a Economia Solidária em nível nacional, por intermédio de políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário. Como objetivos específicos, podemos citar: (BRASIL 2008).

- Elaborar e propor medidas para articulação de políticas de finanças solidárias;
- Intervir na revisão da legislação de cooperativas e propor estatuto de empreendimento autogestionário;
- Fortalecer os empreendimentos por meio do fomento material, articulação das cadeias produtivas e apoio ao consumo ético e ao comércio justo;
- Estimular a produção de conhecimentos, sistema de avaliação e de informações sobre Economia Solidária;
- Fortalecer os espaços de organização da sociedade civil e demais entes governamentais para formulação de políticas públicas para o setor.

O Programa Economia Solidária em Desenvolvimento tem como público prioritário os trabalhadores em risco de desemprego, trabalhadores autônomos, trabalhadores informais, pequenos produtores, familiares rurais e urbanos, redes de Economia Solidária, empreendimentos de Economia Solidária (cooperativas, empresas autogestionárias, associações e outros), agência de fomento da Economia Solidária, fóruns municipais e regionais de desenvolvimento, beneficiários de programas governamentais de inclusão social.

Obviamente, a SENAES não tem o papel de implementar os empreendimentos solidários, que são resultados da mobilização das pessoas em nível local, e sim criar instrumentos no âmbito do governo federal a fim de articular as diversas iniciativas já existentes, viabilizar o funcionamento e a promoção da Economia Solidária e apoiar a participação popular na formulação e avaliação desta política.

Dentro dessa filosofia de articulação, ainda em 2003, o professor Paul Singer esteve no Banco do Nordeste participando do Seminário “Economia Solidária e Políticas Públicas para o Nordeste”, promoção conjunta do Banco do Nordeste, Universidade Federal do Ceará e SENAES, nos dias 3 e 4 de julho. Esse evento desencadeou uma participação mais efetiva do Banco no campo da Economia Solidária, como será mostrado mais adiante.

Em 2005, foi criado um grupo de trabalho com a participação de técnicos do ETENE e da SENAES com o intuito de discutir o tema e a importância do protagonismo dos movimentos sociais. No processo, foram incorporados ao grupo inicial, representantes do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES); Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA); Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN) e o Mutirão Nacional para Superação da Miséria e da Fome (CNBB).

Tais articulações propiciaram a estruturação e a implementação do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários, com o objetivo de dar visibilidade, fortalecer e ampliar a capacidade operacional dos projetos produtivos solidários existentes na região Nordeste; apoiar iniciativas solidárias articuladas a novas formas de produção identificadas; e, registrar, socializar e divulgar metodologias inovadoras de gestão de projetos produtivos solidários. (BNB-2005).

No VI Fórum Mundial Social, realizado em Caracas na Venezuela em 2006, mais uma vez, a Economia Solidária teve grande destaque. A comitiva brasileira, representada pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), com o apoio da

Petrobras, e de outras instituições, conseguiu levar grande número de representantes, tanto dos empreendimentos como das assessorias.

A equipe da SENAES e seu secretário Paul Singer também participaram de forma intensa do evento, gerando um espaço de compartilhamento das experiências de Economia Solidária em curso na América do Sul.

Ainda em 2006, em junho, foi realizada, em Brasília, a I Conferência Nacional de Economia Solidária – Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento, que teve como principais objetivos:

- Afirmar a Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento;
- Propor princípios e diretrizes para orientar uma Política Nacional de Economia Solidária;
- Identificar o estado atual e o potencial da Economia Solidária no País, tanto do ponto de vista da sua organização social quanto das políticas públicas desenvolvidas;
- Propor prioridades e estratégias de atuação para as políticas e programas de Economia Solidária, bem como, os mecanismos de participação e controle social.

Conforme já foi mencionado, o estabelecimento de políticas públicas de fomento à Economia Solidária torna-se parte da construção de um Estado Republicano e Democrático, ao reconhecer a existência destes novos sujeitos sociais, novos direitos de cidadania e de novas formas de produção, reprodução e distribuição social, além de propiciar o acesso aos bens e recursos públicos para seu desenvolvimento, tal qual permite a outros segmentos sociais. (CONAES 2006, p. 22).

Pode-se dizer que a SENAES cumpre um papel importante construindo mediações entre o governo e os segmentos da classe trabalhadora e os segmentos mais vulneráveis. Ao mesmo tempo apóia a organização de grupos solidários que não encontram espaços nas formas de representação clássica, já que trabalha com

um tema extremamente complexo em face da expansão do desemprego estrutural, e a informalidade, fazendo contraponto a outras áreas do governo (política macroeconômica) com o cooperativismo tradicional e outros setores governamentais que amparam o agronegócio no Ministério da Agricultura.

O professor Paul Singer já manifestou publicamente críticas às prioridades econômicas do governo referentes à ortodoxia do Banco Central e do Ministério da Fazenda, embora afirme que isso não compromete todo o governo:

Se não se aumentasse o superávit, o dinheiro seria devolvido à economia, em obras de saneamento, habitação e outras áreas prioritárias. A opção é por pagar juros, não amortizar a dívida, mas, com isso, o país se poupa de aumentar a dívida. [...] Do ponto de vista do Copom (Comitê de Política Econômica), o risco maior é o da inflação. Na minha avaliação, o risco maior é a não-queda do desemprego e o crescimento abortado. Em 2003, o governo fez uma política expansiva. Não teve um grande resultado, mas praticamente conseguiu evitar a recessão. O resultado começou a ser positivo em março de 2004. O desemprego só começou a cair em maio, o que é natural, mas quatro meses depois a queda começa a claudicar. Um crescimento insuficiente é mais preocupante do que a inflação. [...] Há sim, um esforço pela construção de alternativas e políticas em outras áreas, e é por isso que estou no governo. E esses caminhos não estão apenas na economia solidária, mas em mudanças na estrutura do Estado e da sociedade que se busca promover. [...] Não se pode julgar o governo pelo Palocci e pelo Meirelles. É verdade que, nessa área, a linha é tão ou mais conservadora do que no governo anterior, mas isso não é o governo todo. (SINGER, 2004, p. 11).

A política pública de economia solidária pressupõe contribui na direção da universalização do direito ao trabalho atenuando à dramaticidade do quadro social atual e ao mesmo tempo fazendo aflorar novos valores na perspectiva da construção de uma sociedade mais justa e democrática.

3. O BNB E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Criado pela Lei Federal nº 1.649, de 19 de julho de 1952, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) é uma instituição voltada para o desenvolvimento regional sustentável, com atuação em 1.986 municípios situados nos nove Estados nordestinos e no norte dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. Opera como órgão executor de políticas públicas destinadas a reduzir as desigualdades socioeconômicas entre sua área de atuação e as regiões mais desenvolvidas do País. (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2006, p. 11).

Tem como missão “atuar na capacidade de instituição financeira pública, como agente catalisador do desenvolvimento sustentável do Nordeste, integrando-o na dinâmica da economia nacional”. (BNB, 2007, p. 9).

Como banco de desenvolvimento, realiza estudos e pesquisas socioeconômicas, investe recursos não-reembolsáveis em projetos de desenvolvimento tecnológico, incentiva a produção cultural, além de apoiar projetos de grande impacto para o desenvolvimento regional.

O BNB vem, ao longo do tempo, redefinindo e ampliando a sua missão, nos últimos anos obteve um considerável aumento das suas aplicações que chegaram à casa dos 13 bilhões de reais em 2008, com prioridade no atendimento aos micros e pequenos produtores. A partir da posse da nova administração em 2003, abriu canais de interação e articulação com os movimentos sociais, de certa forma represados ou não reconhecidos pelas administrações anteriores, cujo perfil era marcado pela centralização e inexistência de diálogos com os setores populares e seus representantes. Embora se saiba que gestões anteriores tenham implantado programas como o BNB/PNUD¹³, o “Farol do Desenvolvimento” e o CREDIAMIGO, orientados por articulações com os movimentos sociais, reconhece-se que isto ocorreu muito mais por conta de posições isoladas do que institucionais. Vale também, ressaltar que o programa CREDIAMIGO, a despeito de ter assegurado acesso a linhas de crédito a setores da pequena produção, a sua lógica é fundamentada em pressupostos seletivos do empreendedorismo schumpeteriano, ancorados na competitividade, pautados na cobrança de juros, como forma de garantir a sustentabilidade. Convém explicitar que tais características são antagônica aos princípios fundantes da Economia Solidária, discutidos pelo Fórum Nacional de Economia Solidária. Em suma, deve-se considerar que somente no início de 2003 o BNB adotou, institucionalmente, a possibilidade de apoio à Política

¹³ O PNUD atua para revigorar as parcerias regionais, e age como mediador e promotor de alternativas de desenvolvimento, como por exemplo, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Local (PADL). A experiência piloto do PADL em parceria com o BNB foi desenvolvida no ano de 1996 em Tejuçuoca-Ce e, em seguida, em dois municípios pernambucanos: Catende e Timbaúba-PE.

Nacional de Economia Solidária, fato que influenciou a implantação do “Crediamigo Comunidade”¹⁴.

Conforme já foi referido no capítulo anterior, o seminário “Economia Solidária e Políticas Públicas para o Nordeste”, realizado naquele ano e que contou com a presença do então recém-nomeado secretário da SENAES, Paul Singer, constituiu um dos marcos que sensibilizou o BNB a discutir a problemática da Economia Solidária. Diante deste e de outros fatos e da própria dinâmica da realidade social, o BNB, através do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE viabilizou canais de articulação com o movimento nacional da Economia Solidária e particularmente com a região Nordeste.

Primeiramente, o Banco apoiou, em parceria com a ANTEAG, um emblemático empreendimento da Economia Solidária no Nordeste, a Usina Catende, localizada no Estado de Pernambuco. Paralelamente, o Banco através do ETENE passou a apoiar a realização de Feiras de Comercialização Solidária na Região, bem como outras iniciativas, a exemplo do I Encontro Internacional de Economia Solidária, realizado em Fortaleza de 08 a 12 de novembro de 2005.

Após essa aproximação inicial, como forma de estruturar uma política mais efetiva, o Banco, através do ETENE, passou a desenhar um Programa de Apoio à Economia Solidária.

Os primeiros contatos aconteceram através do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, por intermédio do Sr. Ademar Bertucci, foram convidados a participar representantes de outras instituições envolvidas com a temática como: Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA); Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN); Mutirão Nacional para Superação da Miséria e da Fome, vinculado à CNBB. A partir de então, as discussões propiciaram a constituição de um Comitê Gestor do referido programa, integrado pelas entidades acima, o BNB, a SENAES e, posteriormente, o Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome – MDS.

¹⁴ Ver a Dissertação de Mestrado “Bancos Comunitários: Avaliação da Experiência do Crediamigo do Banco do Nordeste” de Charles Diniz Leandro. MAPP/UFC 2009.

O BNB assinou em 2004 um Protocolo de Intenções com a SENAES do MTE visando o estabelecimento de parceria para a execução do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários, prevendo o aporte de recursos financeiros para viabilizar ações produtivas associativas e sustentáveis, em sintonia com os princípios da Economia Solidária. No bojo das discussões, foi consenso que o programa apoiaria as mais diversas formas de Fundos Rotativos Solidários¹⁵ existentes, bem como a formação de novos grupos, por serem instrumentos de finanças solidárias que fortalecem as organizações produtivas e comunidades, ao romper com práticas assistencialistas, em um sistema que não seja pautado pelo lucro.

No escopo do Protocolo de Intenções o qual estava sintonizado com os objetivos MTE-SENAES, o Banco do Nordeste lançou oficialmente em 2005 o Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários, como uma experiência piloto e inovadora que pretende num futuro se transformar numa política pública nacional voltada para a constituição de fundos solidários.

Em dezembro daquele ano, o Banco assina um convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego/SENAES, alocando recursos da ordem de R\$ 5,8 milhões para o programa, sendo R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) da SENAES e R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais) do Banco do Nordeste.

Em sua primeira fase, o programa disponibilizou R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais) não reembolsáveis para 17 projetos apoiados no período de novembro de 2005 a maio de 2007, sediados na área de atuação do

¹⁵ São fundos mantidos por entidades da sociedade civil ou organizações comunitárias, e destinados ao apoio de projetos associativos e comunitários de produção de bens e serviços. Por meio dos fundos rotativos solidários, investem-se recursos na comunidade, através de empréstimos com prazos e reembolsos mais flexíveis e mais adaptados às condições socioeconômicas das famílias empobrecidas beneficiadas nos projetos. Com isso, o financiamento é mais barato e mais acessível para os projetos apoiados, favorecendo o acesso mais democrático e solidário ao crédito, e estimulando o desenvolvimento local.
http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_fomento_financas_rotativos.asp

BNB. O Projeto Sementes da Solidariedade, da Cáritas Regional do Ceará, objeto do presente estudo, foi um dos 17 projetos financiados na primeira fase.

Em dezembro de 2007, dentro do convênio, a SENAES repassou para o BNB, a quantia de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), e o BNB alocou como contrapartida R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), o que possibilitou o financiamento de mais 33¹⁶ propostas através do PAPPS.

3.1 Fundos Rotativos Solidários: limites e possibilidades

Os Fundos Solidários são instrumentos de finanças solidárias praticados há décadas no Brasil, cuja sistemática de funcionamento é a seguinte: as comunidades ao receberem alguma forma de investimento, as famílias participantes, de comum acordo com as instituições financiadoras, decidem voluntariamente, recuperar o todo ou uma parte destes investimentos para reaplicá-los em outras benfeitorias a serviço da própria comunidade ou das famílias.

Vale ressaltar que o papel prioritário dos Fundos Solidários é atuar como um organismo pedagógico-político e não se restringir a um instrumento de crédito. No Nordeste existem hoje 180 organizações que trabalham com fundos de crédito solidário. Estima-se que atualmente no Brasil exista mais de 15 mil empreendimentos e grupos de geração de trabalho e renda que, potencialmente, podem ser participantes ou estão à espera de apoio. (HECK, 2006).

Constata-se uma diversidade de formas de funcionamento dos Fundos Rotativos Solidários, regidos pelos seguintes princípios: o de adesão voluntária das famílias significa que ser integrante de um Fundo Rotativo deve ser escolha de cada um e não uma imposição de alguma instituição ou condição para se conseguir alguma outra vantagem que não seja decorrente da própria existência do Fundo; e, o de autogestão comunitária que busca assegurar a gestão democrática, validando a atuação de cada membro do grupo no processo de decisão.

¹⁶ Ver a relação com as 30 propostas selecionadas no Anexo C.

A existência de um Fundo Rotativo Solidário aumenta a autonomia e a capacidade de autogestão e, dessa maneira, favorece o rompimento das práticas clientelistas ainda presentes nas pequenas comunidades rurais. Além disso, desperta valores sociais importantes como a adoção de novas atividades produtivas, o aumento da capacidade econômica e financeira das famílias participantes, bem como constitui um importante instrumento para a implementação de novas parcerias e, conseqüentemente, a alocação de novos recursos. Este fundo estimula o compartilhamento de ações, a solidariedade, altera o foco do “eu” para o “nós” e instiga o desenvolvimento de práticas coletivas.

Alguns entendam que os mencionados fundos têm significado mais educativo que financeiro, visto que muitas vezes o valor devolvido voluntariamente é insuficiente para atender ao conjunto das necessidades das famílias envolvidas. Entretanto, convém salientar que quando tais fundos são administrados com eficácia e eficiência, há uma tendência de, progressivamente, elevar o volume de recursos. Desse modo, será possível a ampliação do capital de giro e, conseqüentemente, do empreendimento.

A origem dos recursos para tais Fundos é bastante diversificada. Inicialmente e ainda hoje está muito ligada às agências de cooperação internacional (FBES-2008, p. 36), além das campanhas internas criadas por instituições de apoio e fomento à Economia Solidária.

Nos últimos anos, centenas de pequenos fundos rotativos foram criados no Estado da Paraíba, a partir do Programa Um Milhão de Cisternas para o Nordeste, em que as famílias que recebem as cisternas, devolvem voluntariamente o valor correspondente ao custo, em parcelas mensais, o que permite a construção de outras cisternas, criando assim, um ciclo virtuoso que gerou exemplos como o do município de Lagoa Seca (PB), onde uma comunidade recebeu cerca de 25 cisternas e através desse mecanismo construiu 116 cisternas, atendendo a 100% das famílias.

O programa reconhecido nacionalmente recebeu recursos de diversas fontes, inclusive de instituições como a FEBRABAN, passou também a receber

recursos públicos através de repasses do MDS. A metodologia da construção de cisternas de placas em todo o País não prevê a constituição de Fundos Rotativos, à exceção do Estado da Paraíba, que já tinha um histórico de sucesso na criação de centenas de fundos e optou por manter a metodologia que prevê a devolução voluntária através constituição de fundos. Este fato criou problemas com os órgãos de controle do próprio MDS e do TCU, os quais alegam o seguinte: “sendo as cisternas financiadas com recursos públicos, é necessário desenvolver mecanismos que estabeleçam a diferenciação entre receber um benefício financiado pelo Governo Federal e participar de uma iniciativa local de autofinanciamento da comunidade”. (MOURA 2004).

Segundo o Código Civil Brasileiro em seu art. 265, “solidariedade não se presume; é ato formal de vontade das pessoas”, ou seja, não basta dizer que ‘o fundo é solidário’, deverá haver um documento, firmado pelas famílias que formalize suas regras de funcionamento.

Por outro lado, considera-se que a devolução da totalidade ou de parte dos recursos financiados através dos Fundos, não gera nenhuma situação de ilegalidade. Isto porque a comunidade que se mobiliza e decide por vontade própria constituir e administrá-los, pode estabelecer formas de retorno dos recursos recebidos. Esta contribuição financeira pode ser sob a forma monetária ou outra baseada em um equivalente monetário qualquer (custo de uma cisterna, equivalente em feijão, bodes ou outro tipo de equivalência produto). É um ato privado e lícito. No entanto, essa licitude estaria condicionada (Código Civil) à plena consciência e capacidade jurídica dos seus autores. Ou seja, as famílias devem estar plenamente cientes do tipo de obrigações e direitos que decidem assumir.

Como pode ser visto, para que tais Fundos sejam fortalecidos mediante o aporte de recursos públicos, necessário se faz uma maior clareza sobre a interpretação das leis e atos normativos ou mesmo o estabelecimento de um marco legal sobre o assunto. Atualmente, os gestores públicos, temerosos de serem chamados a prestar esclarecimentos aos órgãos de controle, estão restringindo a implementação de Fundos Rotativos Solidários a partir de projetos financiados com recursos públicos.

A Articulação do Semi-Árido Brasileiro – ASA, através da Associação Programa Um Milhão de Cisternas para o Semi-Árido – AP1MC, com apoio do Banco do Nordeste, contratou uma Consultoria e Assessoria Jurídica, com vistas à elaboração de um parecer jurídico visando fundamentar as práticas dos movimentos sociais do campo da Economia Solidária frente aos impasses existentes e, assim, resguardá-los juridicamente. Esta realidade é tão recente e inovadora que o arcabouço jurídico existente não foi capaz de elaborar, até o momento, instrumentos legais que respondam às necessidades colocadas pelas comunidades, no que tange a gestão dos mencionados Fundos Rotativos Solidários.

A versão preliminar do parecer da Consultoria acima citada procura demonstrar que a própria Constituição Federal, conforme afirma Nóbrega, respalda a criação desses Fundos:

A Carta de 1988, nesse propósito, cunhou diversas formas de proteção e estímulo à sociedade civil organizada, seja por meio de associações ou cooperativas, desde que com objetos lícitos. É nesse sentido que o art. 5º, XVII e XVIII, da Constituição Federal, assegura a liberdade de associação e veda o intervencionismo estatal, no mesmo compasso em que o art. 174, parágrafo 2º, impõe como norma programática¹⁷, que a lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo. (NÓBREGA, 2008).

A legislação brasileira não faz referência à existência dos Fundos Rotativos, sendo então necessária a implementação de um marco legal sobre os mesmos, diante da incontestável realidade de que eles existem há mais de duas décadas e que vários organismos governamentais estão dispostos a apoiá-los, a exemplo do MDS e BNB.

Vale destacar que além de demonstrar o amparo na Constituição Federal, e de sugerir algumas alterações nas leis, tal parecer indica formas simples de viabilizar o apoio às instituições que trabalham com Fundos Rotativos com recursos públicos. Para tanto, através de Convênio ou Termo de Parceria pode-se estabelecer regras

¹⁷As normas constitucionais programáticas são definidas como aquelas que enunciam um mandamento ao Estado para que o concretize por intermédio de medidas concretas. Essas normas possuem, quando menos, eficácia negativa por resultar em revogação de leis anteriores que a contrariem e, ainda, por impor a pecha de inconstitucionalidade a normas posteriores com ela verticalmente incompatíveis.

disciplinando a aplicação dos recursos públicos, como por exemplo, deixar claro que os recursos serão aplicados gratuitamente e a fundo perdido aos beneficiados, deixando claro também, que os mesmos serão informados da gratuidade e a origem do benefício recebido, mas que poderão ser exortados a contribuir, posteriormente, sem encargos ou compulsoriedade para a constituição de um Fundo Rotativo Solidário com vocação específica e regras previamente estabelecidas.

4. O PROJETO SEMENTES DA SOLIDARIEDADE

A experiência do Projeto de Economia Solidária, com Fundos Rotativos Solidários, apoiada pelo PAPPS, selecionada para esta pesquisa empírica, está localizada no município de Irauçuba, sertão nordestino, berço da caatinga, do gado e das lavouras de subsistência. Esta localidade tem se destacado no cenário dos meios de comunicação nacionais pelas condições de seca, bem como pelo grave processo de desertificação¹⁸ em que se encontra. Este projeto é implementado pela Cáritas - Regional do Ceará, constituído em 1980, com o objetivo de articular a ação das Cáritas Diocesanas, no Estado, cuja ação iniciou-se em 1958, com a criação da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte.

Atualmente esta Regional desenvolve atividades em 45 municípios cearenses, abrangendo cerca de 120 comunidades, na perspectiva da Participação e Cultura Política, Convivência com o semi-árido e Economia Popular Solidária.

O projeto apresentado ao Banco do Nordeste pela Cáritas - Regional do Ceará que previa o aporte de recursos na ordem de R\$ 290.000,00 (duzentos e noventa mil reais), sendo que R\$ 104.889,40 (cento e quatro mil, oitocentos e oitenta e nove reais e quarenta centavos) foi financiado pelo Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários, concebido e formatado em 2005, a partir de discussões que foram encetadas com técnicos do Banco do Nordeste – BNB, Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES e com a participação de lideranças do movimento

¹⁸ DESERTIFICAÇÃO: É a degradação da terra nas regiões áridas, semi-áridas e subúmidas secas, resultante de vários fatores, entre eles as variações climáticas e atividades humanas. Degradação da terra: significa a perda ou redução da produtividade econômica ou biológica dos ecossistemas secos, causadas pela erosão do solo, deterioração dos recursos hídricos ou perda da vegetação natural.

social da Economia Solidária, tais como o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar, o Mutirão de Combate à Miséria e à Fome, da CNBB e a Articulação do Semi-Árido Brasileiro – ASA.

Este programa custeia centenas de famílias em atividades multivariadas, como financiamento, organização da produção, capacitação técnica, segurança alimentar, organização popular e convivência com o semi-árido nordestino. Em sua primeira fase, selecionou e apoiou 17 propostas¹⁹ oriundas de instituições situadas na área de atuação do BNB, envolvendo recursos da ordem de R\$ 1,6 milhão. Registre-se, também, que o programa em destaque apresenta uma metodologia participativa e inovadora ao constituir um Comitê Gestor, composto pelas instituições anteriormente mencionadas, que, além da animação e mobilização da rede de empreendimentos solidários, também contribuiu na seleção das melhores propostas apresentadas em resposta ao edital conjunto do BNB/SENAES.

Particularmente, pretende-se analisar em que medida ele está em sintonia com a proposição e os princípios da Economia Solidária, bem como o nível de articulação com propostas e políticas públicas em implantação pelo atual governo.

4.1 O Cenário da Experiência

Emancipado do município de Itapajé em 1957, Irauçuba, em tupi significa amizade, está inserido na porção noroeste do Estado do Ceará (Latitude 3°44'46" e Longitude 39°47'00") e por sua vez se localiza na região Nordeste do Brasil. Limita-se ao norte com os municípios de Itapajé, Itapipoca e Miraíma, ao sul, com os municípios de Sobral e Canindé, a leste com os municípios de Tejuçuoca e Itapajé e a, oeste novamente com o município de Sobral.

O município de Irauçuba conta com uma população de 19.560 habitantes, segundo o Censo Demográfico de 2000; tem uma densidade demográfica de

¹⁹ Ver a relação com as 17 propostas selecionadas no Anexo B.

aproximadamente 14 hab/km², sendo que 55,59% da população residem na área urbana e 44,4% na zona rural. O IBGE estima que a população de Irauçuba, em 2006, é da ordem de 21.338 habitantes.

Pode-se considerar como “atrações turísticas” do município, a localidade de Missi, com poços e nascentes de água potável; um casarão antigo na Aroeira; as minas de cristais no Mandacaru, além dos açudes Moco, São Gabriel e Jerimum, que se localiza na fronteira com os municípios de Tejuçuoca e Itapajé. Destaca-se ainda o Boqueirão, com suas esculturais pedras e serrotes, além das quedas-d’água presentes no período chuvoso.

A principal atividade econômica reside na agricultura, com culturas de subsistência de feijão, milho e mandioca. Na pecuária extensiva destaca-se a criação de bovinos, ovinos, caprinos, suínos, asininos e eqüinos. Pode-se citar ainda o extrativismo vegetal, principalmente na fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas.

Nos últimos anos cresceu muito a atividade artesanal de bordados e confecção de redes que são comercializadas no Centro de Artesanato e nas margens da BR 222, bem como em feiras localizadas na cidade de Fortaleza.

O município de Irauçuba localiza-se nas bacias hidrográficas de Aracatiaçu e Curú, tendo como principais drenagens o Rio Aracatiaçu, os riachos Riachão, Aroeira e Gabriel, o Rio Caxitoré e os riachos Cachoeirinha e Camocim. O principal reservatório local é o açude Santo Antônio de Aracatiaçu, conhecido pelo nome de Açude Paulo Bastos, com capacidade de acumulação da ordem de 24,25 km³.

Dias (1998 p. 57), empregando dados da Fundação Cearense de Meteorologia (FUNCEME), por intermédio da utilização do Sistema de Informações Geográficas (SGI), afirma que Irauçuba estava com 53% de sua área degradada, suscetível aos processos de desertificação:

Em 1995 foi iniciada uma pesquisa, em que a FUNCEME, além das contribuições técnicas assumiu estratégica de prover os meios financeiros visando à recuperação de parte dessa área degradada. Menos de dois anos

depois, a pesquisa foi desativada pela nova administração daquele órgão no governo estadual eleito em 1996, sob a alegação de que não era prioridade e não havia recursos financeiros. Em janeiro de 1998, como parte do Plano Nacional de Combate à Desertificação, formulado em 1994, o governo cearense criou uma Comissão de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido. (DIAS, 1998, p. 57-58).

A autora afirma, ainda que Irauçuba esteja localizada em área considerada por alguns pesquisadores, em pleno processo de desertificação, outros falam em área já desertificada. Daí a importância de novos estudos que viabilizem meios para a reversão desse quadro construído socialmente, transformando as condições inóspitas em que se encontram os habitantes deste município.

A região era originariamente bastante arborizada, uma densa floresta seca, que pela exploração das pastagens durante o período chuvoso, foi sendo desmatada.

No levantamento exploratório que fizemos para delimitar o objeto desse estudo, como era de se esperar, ficou revelado que a degradação ambiental em Irauçuba não ocorreu por conta de tecnologias utilizadas para a modernização da agricultura, objetivo das políticas agrícolas e agrárias. Ocorreu por conta dos desmatamentos, das queimadas, dos plantios de forma inadequada e/ou em áreas inapropriadas e do superpastoreio. (DIAS, 1998, p. 70).

As duas casas de sementes objeto do estudo desta dissertação foram construídas e implantadas no distrito de Missi, localizado a 25 km da sede do município. Uma na própria sede do distrito, e a outra na comunidade Bueno, distante cerca de 5 km.

4.2 A Cáritas e o Projeto Sementes da Solidariedade

Desde a sua criação, a Cáritas Brasileira tem apoiado as ações de caráter associativo e cooperativo de grupos comunitários, estejam elas articuladas ou não às ações de caráter emergencial. Mas a partir da década de 1980, com o desenvolvimento dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs), foram introduzidos novos significados e perspectivas para essa ação, passando a apoiar pequenas iniciativas associativas, capazes de promover mudanças na vida das pessoas através da solidariedade. (BERTUCCI; SILVA, 2003, p. 13)

No fim da década de 1990, houve um processo de reorientação dos PACs. Essas iniciativas desenvolvidas, não tinham um fim em si mesmo. Nesse momento, a Cáritas acompanhando o crescente debate no Brasil e na América Latina sobre iniciativas econômicas solidárias desenvolvidas pelos setores populares, busca fortalecer os empreendimentos solidários protagonizados pelos setores mais excluídos, visando à construção de novas relações econômicas, estas baseadas na solidariedade e reciprocidade que se contrapõe à economia de mercado capitalista baseada no individualismo e concorrência.²⁰

A partir do planejamento realizado pela Cáritas para o quadriênio 2000/2003, a Economia Solidária foi incorporada nas linhas de ação, afirmando os seguintes objetivos: animar a reflexão sobre Economia Solidária²¹ na perspectiva do Desenvolvimento Humano Local e Sustentável, a partir das experiências dos PACs e das articulações que apontam para o desenvolvimento de experiências de programas integrados de apoio às cadeias produtivo-econômicas de solidariedade. (BERTUCCI; SILVA, 2003, p. 91)

No Seminário Nacional da Cáritas sobre a Economia Popular Solidária, realizado em Belém-PA no período de 30/05 a 01/06 de 2000, foi considerado um importante momento de estudo e aprofundamento que possibilitou a análise do estágio em que a Cáritas se encontrava na percepção das diferentes visões, enfoques e tendências da Economia Solidária. Sobre esta questão, Ademar Bertucci, assessor Nacional da Cáritas Brasileira, afirmou que “a Economia Solidária nasce de uma postura crítica frente ao atual modelo de exclusão e se guia por um mercado solidário. Sem desconhecer o sistema econômico mundial hegemônico vigente, dentro do qual é preciso sobreviver, a Economia Solidária foi considerada

²⁰ Ver: Singer (2002) sobre as diferenças entre uma economia capitalista e a “outra economia”.

²¹ O documento da Cáritas refere-se à, Economia Popular Solidária (EPS). Neste trabalho optou-se por referir-se apenas como Economia Solidária, embora existam diversas variações do nome. Veja o que diz Noelle Lechat sobre o fato. "Para início de conversa, preciso enumerar os diversos nomes dados para o que identifiquei genericamente como economia solidária e, para tanto, vou apenas listá-los por ordem alfabética. Trata-se de cooperativismo popular, cooperativismo popular e autogestionário, economia alternativa, economia autogestionária, economia cidadã, economia da dádiva, economia da simplicidade, economia de solidariedade e trabalho, economia do trabalho, economia moral, economia popular de solidariedade, economia popular solidária, economia popular e solidária, economia social, economia solidária, economia solidária e autogestionária, a outra economia, socialismo autogestionário, socioeconomia popular e solidária, socioeconomia solidária" (LECHAT, 2004, p. 106)

neste evento como possibilidade de expansão de um mercado não-capitalista. Este é fundado na cooperação entre unidades de trabalho entre si e destas com os consumidores, visando o desenvolvimento humano sob custos sociais menores, orientando-se por valores com a solidariedade, a autonomia, a igualdade e a democracia”.

A Cáritas elaborou um quadro comparativo entre economia capitalista/Projetos Alternativos Comunitários (PACs) /Economia Solidária.

Aspectos	Economia Capitalista	PACs	Economia Solidária
Lógica	Acumulação/ Lucro	Auto- Sustentação Comunitária	Ampliação da Qualidade de Vida
Relações Internas	Patrão x Empregado	Distribuição Comunitária das Tarefas	Autogestão Cooperativa
Protagonismo	Representações Empresariais	Representações Comunitárias	Organizações do Movimento da ES
Educação	Para a Competitividade/ Individualista	Para a Solidariedade Comunitária	Para a Solidariedade em Rede
Projeto de Desenvolvimento	Monopolista Predatório do Meio ambiente e das Pessoas	Promoção Humana Local	Desenvolvimento Sustentável
Políticas	Excludentes e Compensatórias	Relações Comunitárias	Fortalecimento de Redes e de suas Representações
Cadeia Produtiva	Rede de Competição e Exploração Monopolística	Subsistência sem Articulação	Rede de Complementaridade Solidária

Quadro 1 – Comparativo entre economia capitalista, PACs e Economia Solidária

Fonte: (BERTUCCI; SILVA, 2003, p. 70).

Em consonância com a filosofia da Cáritas Regional do Ceará, que passou a redirecionar sua prática para o fortalecimento de redes de economia solidária, principalmente as que articulassem os produtores do semi-árido, nasce o Projeto Sementes da Solidariedade. Este projeto tem como objetivo primordial, associado a outras experiências, a exemplo da ASA, a construção de um novo paradigma de convivência e de sustentabilidade do semi-árido nordestino.

No caso do Ceará, o histórico que a gente tem é que o trabalho com as sementes não é um trabalho novo. É um trabalho da década de setenta, que nasceu muito de um trabalho de resistência, na época, em relação à ditadura. Foi uma forma que a Igreja Católica encontrou de trabalhar a resistência e a organização dos agricultores e, principalmente na Diocese de Crateús, do Bispo Dom Frágoso, lá

tem um trabalho muito forte de base. Então, Sementes era organizar o trabalhador a partir de uma ação concreta, que eram as sementes, que todo mundo necessitava. A partir dessa necessidade concreta, de ter autonomia, de se organizar, de conservar a biodiversidade, aparece o trabalho das sementes (Alessandro – Cáritas)

Segundo relata o agente da Cáritas, a experiência com os Fundos Rotativos Solidários está articulada aos processos significativos para as comunidades, no caso da Paraíba, a experiência está articulada à construção de cisternas, enquanto que no Ceará, está articulada às sementes tradicionais. Neste sentido, o domínio das sementes crioulas ou tradicionais por famílias e comunidades é uma condição para que elas estruturam e mantenham sistemas agroecológicos de produção, estando em consonância com a proposta pedagógica dos FRS de resgatar as tradições locais e instaurar novas relações com semi-árido (SILVA, 2006). As Sementes são bens culturais que integram o patrimônio das populações tradicionais a serviço da humanidade, não podendo ser confundidas como um mero insumo agrícola.

Dentre os objetivos do projeto apresentado ao BNB, destacamos “favorecer a autonomia dos/as agricultores/as através de sementes selecionadas e acondicionadas de forma adequada garantindo sementes saudáveis para o plantio nos anos seguintes, bem como o fortalecimento da organização através das constituições de grupos com o objetivo de fazer a gestão e organização das casas de sementes”.

O projeto tem os seguintes objetivos específicos:

- Fortalecer a organização dos grupos através da formação e gestão das casas de sementes;
- Apoiar o intercâmbio de experiências a partir das experiências de novas convivências com o semi-árido, como também uma feira de saberes e sabores estimulando as trocas solidárias;
- Promover a articulação dessas novas comunidades com a RIS-CE²²;

²² No Ceará, as Casas de Sementes estão integradas através da Rede de Intercâmbio de Sementes – RIS-CE, composta por 129 Casas de Sementes distribuídas em 13 municípios do Estado, tendo aproximadamente 2.330 famílias associadas. O trabalho da RIS-CE é discutido e acompanhado por

- Garantir a manutenção e reposição dos estoques de sementes tradicionais, como também a recuperação e resgate de variedades perdidas;
- Atender as necessidades alimentares e nutricionais das famílias.

Esta experiência da Cáritas do Ceará estabeleceu as seguintes metas:

- Construir e implantar 12 casas de sementes comunitárias com material adequado para armazenar as sementes;
- Formação de 100 agricultores/as em gestão, organização e conteúdos técnicos de seleção, manejo e armazenamento de sementes;
- Intercambiar experiências de convivência com o semi-árido através de seminários e feiras de sabores e saberes;
- Casas de sementes organizadas e funcionando;
- Agricultores e agricultoras participando da RIS-CE.

Ao serem confrontados os indicadores de mensuração do Projeto Sementes da Solidariedade com as informações obtidas nos relatórios de acompanhamento do aludido projeto, constatou-se que, após o seu período de implantação que:

- Foram construídas e implantadas 17 casas de sementes, organizadas e funcionando com regimento de funcionamento, coordenações constituídas e iniciando seus estoques;
- Oitenta e sete agricultores/as capacitados/as nos conteúdos de gestão, organização, seleção, manejo e armazenamento de sementes;
- Realizadas visitas de sensibilização nas 17 comunidades beneficiadas com o projeto;
- Realizados e sistematizados 17 diagnósticos de agroecossistemas;
- Participação de 135 agricultores/as no intercâmbio de experiências de convivência com o semi-árido no assentamento Coqueirinho e entorno;
- Participação de 135 agricultores/as na feira de sabores e saberes no espaço da cooperativa BODEGA, em Aracati;

Conforme já foi assinalado anteriormente, será dado destaque à experiência das comunidades de Bueno e Missi, no município de Irauçuba, Diocese de Itapipoca, nas quais se realizou um estudo empírico mais aprofundado.

Esta experiência considera que as sementes são produto e obra do trabalho e da sabedoria dos agricultores, principalmente das mulheres que são guardiãs desse precioso patrimônio. São saberes que vem sendo tecidos por mulheres e homens que acreditam e trabalham na perspectiva de um semi-árido com mais plantas nativas e solos preservados.

O cultivo, a produção e o armazenamento das sementes crioulas permitem assegurar o abastecimento e a diversidade alimentar em cada comunidade, servindo de base para o sustento nutricional e permitindo o desenvolvimento das formas culinárias adequadas e o resgate da cultura alimentar.

Os processos de produção e armazenamento de sementes estimulado pelas casas de sementes favoreceram a ampliação da quantidade e da variedade, garantido assim o plantio regular no início da quadra invernos, bem como o replantio dos roçados, visto que períodos de estiagem são comuns mesmo em anos de invernos regulares, ressaltando a importância da reserva estratégica de sementes.

As comunidades de Bueno e Missi foram escolhidas pela Cáritas para a implantação do projeto em razão do trabalho desenvolvido em Irauçuba há mais de cinco anos. Durante as visitas de sensibilização para apresentação do projeto (objetivos, metas, resultados esperados e orçamento), foram definidas as estratégias para sua implementação bem com as formas de co-responsabilidades das comunidades. Vale destacar que nos referidos eventos participaram sete homens e cinco mulheres na comunidade Bueno e onze homens e oito mulheres na comunidade Missi

A metodologia do projeto previa a realização de um Diagnóstico Rápido Participativo de Agroecossistemas (DRPA) em cada comunidade contemplada com casa de semente, como forma de identificar pontos relevantes da economia, do

manejo do solo, da água; facilitar o diálogo entre equipe e pessoas da comunidade; despertar a discussão sobre os problemas e situações, levantamento e análise do conhecimento coletivo do grupo e trabalhar com as percepções locais facilitando a sistematização das informações.

Neste momento do projeto, foi promovida a Oficina DRPA, congregando 38 homens e 10 mulheres em Bueno e 20 homens e 14 mulheres no Missi. A seguir, serão apresentados alguns aspectos relevantes levantados nessas 17 oficinas.

Em relação ao manejo da vegetação, as falas dos/as agricultores/as revelaram um cenário preocupante. Constatou-se que, ao longo das gerações apenas se retirou da terra, para o próprio sustento através da agricultura de subsistência, corte da mata nativa para lenha carvão ou uso em cercas, sem nenhuma preocupação de contrapartida, o que vem tornando a situação insustentável. Como práticas danosas frequentes, foram identificados os desmatamentos, queimadas e utilização de agrotóxicos. Os agrotóxicos podem causar além de danos irreversíveis à saúde das pessoas, contaminação do lençol freático, destruição da flora e da fauna. As queimadas, práticas extremamente agressivas ao meio ambiente, através da emissão de gás carbônico na atmosfera, contribuem inclusive para o aquecimento global e também para o processo de desertificação, fato presente e preocupante no município de Irauçuba, como já foi citado anteriormente.

Foram constatados ainda problemas como o êxodo de jovens para os centros urbanos diante da falta de oportunidade e de valorização dos mesmos, criando um ciclo perigoso de subempregos, violência e drogas. A inexistência ou precária assistência técnica, as dificuldades de acesso ao crédito, sobretudo, em face dos trâmites burocráticos existentes e, por fim, as dificuldades de acesso a terra, que caracteriza uma limitação no mundo rural, impedindo, os processos de autonomia e empoderamento dos/as agricultores/as.

Outra fase do projeto foi o processo de capacitação, com a assessoria do ESPLAR²³, com vasta experiência na implantação de casas de sementes, no qual foram ministrados dois cursos com a participação de 87 agricultores (em média cinco representantes por casa de semente) com o objetivo de trabalhar conteúdos e temas de importância prática, tais como: agrobiodiversidade, transgênicos, agroecologia, além de refletirem sobre a organização da casa de semente, a gestão, planejamento e manejo, armazenamento e seleção das sementes e grãos.

O Esplar, no final da década de oitenta e início da década de noventa, começou a fazer esse movimento da construção das casas de sementes, que tem muita coisa na região dos Inhamuns – tem muita casa de semente na região dos Inhamuns – depois vem pro Sertão Central, que pega essa região de Canindé, e uma parte do Cariri. E, também, uma parte na região norte, em que eu acho que a Cáritas tem consolidação maior, na região de Sobral (Alessandro – Cáritas).

O processo de construção das casas de sementes foi desenvolvido através de mutirões, que segundo o dicionário Aurélio “é um sistema cooperativo alternativo em que os próprios participantes são trabalhadores e beneficiados do produto final”. O sistema de mutirão pode ser adotado em obras, construções de moradias populares, plantações, atividades rurais, colheita, afirmando-se como práticas de solidariedade. Para as comunidades, os mutirões vão além da simples ajuda mútua ao viabilizar o sentido de celebração, socialização e partilha. Estas práticas fazem parte da cultura e da sabedoria populares. Vale destacar que os mutirões são também praticados por ocasião do plantio e colheita dos roçados comunitários.

²³ O Esplar, associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, fundado em 1974, que atua no semi-árido cearense desenvolvendo atividades voltadas para a agroecologia, soberania e segurança alimentar e nutricional, gênero, raça e etnia e justiça ambiental, a serviço da agricultura familiar. Tem a missão de contribuir na construção de novos modelos de desenvolvimento local, integrado e sustentável, com foco na agricultura familiar, fundamentado na agroecologia, na equidade de gênero e apoiado em políticas públicas, fortalecendo a autonomia dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e a construção de uma sociedade justa e democrática. www.esplar.org.br



Fotografia 1 – Foto da Casa de Semente Comunitária Caiçara (Missi), sendo construída em mutirão.

Fonte: Foto tirada pelo autor.



Figura 2 – Foto da Casa de Semente Comunitária Caiçara (Missi), concluída.

Fonte: Foto tirada pelo autor.

4.3 As Casas de Sementes

As casas de sementes comunitárias funcionam como um local para guardar e trocar sementes, tornando-se fonte de economia e promoção da solidariedade entre os agricultores. Dessa forma asseguram a sustentabilidade da comunidade, uma vez que o armazenamento permite que os agricultores tenham acesso às sementes para a próxima safra, não se tornando reféns das sementes distribuídas por programas governamentais.

O funcionamento das mesmas se realiza da seguinte forma: construída a casa, o estoque inicial é formado por sementes fornecidas pelos participantes, por instituições parceiras e também por outras casas de sementes já consolidadas. O aporte inicial varia de comunidade para comunidade, em geral começam com

poucos tipos de sementes, sendo as mais comuns, o feijão e o milho, no entanto existem casas com dezenas de variedades, geralmente armazenadas em garrafas pet.

A estocagem, a entrega e a devolução das sementes são realizadas na própria comunidade sob a gestão de uma associação. Normalmente a família toma emprestada uma quantidade de sementes e se compromete, segundo regras definidas por eles próprios, a devolver a mesma quantidade acrescida de um percentual, no momento da colheita.

A partir das casas de sementes vem se disseminando outra importante iniciativa, conhecida como roçados comunitários, nos quais as famílias plantam as variedades de sementes crioulas para multiplicar e compor o estoque das casas de sementes e das famílias. Juntas essas reservas individuais e coletivas compõem um sistema de segurança de sementes adaptadas, de qualidade e disponíveis na quantidade e no tempo certo para o plantio.

As casas de sementes foram instaladas no distrito de Missi, que conta com uma população de aproximadamente seis mil habitantes, sua área urbana abriga cerca de 200 casas e uma população estimada de mil habitantes onde existe uma pequena infra-estrutura constituída de escolas, abastecimento de água, telefone, postos de saúde, ruas calçadas com pedra tosca, etc.

A primeira casa foi implantada na zona rural, no sítio Bueno, pequena comunidade distante 25 km da sede do município e cerca de 5 km da sede do distrito de Missi, é formada por 53 famílias, que vivem em um terreno de 343 há, pertencente ao espólio de um antepassado, o qual nunca foi dividido ou inventariado. É importante observar a organização social dos beneficiários do projeto Sementes, que assume o seguinte formato: uma comunidade é composta por famílias (núcleo básico) com laços de parentesco e agregados vinculados a um espaço geográfico.

Construída em parceria com a Associação Comunitária dos Moradores e Apicultores do Sítio Bueno, a Casa de Semente Comunitária de Bueno contou com a

participação de 12 pessoas na reunião de sensibilização e 48 na oficina DRPA, e após sua construção, registra um grupo de 27 participantes. Como a Cáritas já desenvolvia projetos no município na localidade de Boqueirão, a comunidade tomou conhecimento do trabalho e manifestou interesse de realizar parceria:

“Começaram no Boqueirão, fazendo esse sistema. E eu vendo aquele trabalho deles, barragem subterrânea, agrofloresta... e eu como já fazia parte da comunidade, fui despertando o interesse. Sempre convidava o Gilmar para visitar nossa comunidade, para ver se tinha condições de a gente fazer um trabalho parecido com o do Boqueirão. Não com inveja deles, mas, também, é uma solução para a comunidade. E o Gilmar veio uma vez aqui, visitou duas áreas, ele viu o meu interesse e também o da comunidade e se propôs a voltar. Então ele voltou e começou o trabalho, já vai fazer três anos...” (Antonio Mota. Presidente da Associação do Bueno).

Segundo relato do presidente da Associação do Sítio Bueno Antonio Mota, a importância do trabalho que a Cáritas desenvolvia em Irauçuba e o interesse demonstrado em trazer para sua comunidade esse trabalho foi essencial para a implantação do projeto, o que sinaliza para o papel estratégico das lideranças rurais nesse processo.

Fundada em 15 de abril de 1995, a partir da constatação da necessidade de unir o povo, a associação teve um importante papel na luta pela manutenção da terra, conforme os depoimentos a seguir:



Fotografia 3 – Sede da Associação de Moradores e Apicultores do Sítio Bueno.

Fonte: Foto tirada pelo autor.

“Quando um confinante resolveu invadir o Sítio Bueno, tomar uma parte que não lhe cabia. Aí nessa ocasião a associação achou que era importante criar um grupo de mutirão, para ficar derrubando as variantes feitas, todo mundo junto é mais forte. Eles vão botar trinta pessoas na cadeia? O mutirão fez um roçado comunitário lá no limite da terra, para demarcar a posse e evitar a invasão.” (Claudiane Melo. - Bueno)

“A associação ficou em frente, o presidente é como se fosse uma bandeira do movimento. Uma área aqui, eles quiseram impedir de a pessoa plantar, reunimos a comunidade toda – nesse tempo, era mais de trinta homens – plantamos e disseram pra gente arrancar – plantamos, capinamos, ajudamos uns aos outros e, graças a Deus, foi feito...” (José – Bueno).

O relato acima aponta a dimensão política e histórica dos conflitos em torno da terra (MELO, 2006). Ao serem ameaçados por um confinante que tentou se apossar de parte do terreno em que viviam e trabalhavam, os moradores do Sítio Bueno viram na Associação, um importante instrumento para a luta pela preservação da posse da terra. Essa luta deixou marcas no grupo como o reconhecimento de que a união, a solidariedade e a organização garantiram não

somente a terra, mas também estimulou a capacidade do grupo para construir outros projetos de inserção social.

Após três anos de trabalho em parceria com a Cáritas, além da casa de semente, a Comunidade Bueno já conseguiu energia elétrica, cisternas de placa, projeto de agrofloresta, projeto de apicultura, *kits* sanitários, projeto Cabra Nossa, dentre outros, que melhoraram sensivelmente as condições e a qualidade de vida dos moradores do sítio.



Fotografia 4 – Cisterna de placa construída no Sítio Bueno.

Fonte: Foto tirada pelo autor.

Os projetos introduzidos nesta localidade em destaque, sem dúvida trouxeram ganhos materiais para a comunidade e para todos os beneficiários do Projeto Sementes da Solidariedade. Ademais da auto-suficiência no abastecimento de sementes de espécies importantes para agricultura local, proporcionou ainda a

afirmação de uma consciência crítica sobre a preservação dos recursos naturais e a valorização das tecnologias apropriadas, conforme ilustra o depoimento a seguir:

“Não praticamos mais a agricultura tradicional do machado, da foice. Hoje encostaram o machado, porque não existe mais madeira para machado... Meu pai queimou muito, meus avós, eu também ajudei muito a queimar, mas, de dois anos para cá eu não venho queimando mais e venho gostando da forma de trabalhar, simplesmente porque a gente percebe a união que a gente tem, homem e natureza.” (Antonio Mota. Presidente da Associação do Bueno).

O maior domínio dos processos de produção e circulação de conhecimentos por parte das comunidades e famílias rurais tem se mostrado condição essencial para a elevação da auto-estima e a criação de capacidades de gestão de projetos coletivos locais, utilizando técnicas produtivas que não agredem a natureza.

A segunda casa foi implantada na periferia da sede do distrito, a Casa de Semente Comunitária Caiçara, construída em parceria com a Associação dos Produtores e Artesãos do Missi – APRA teve a participação de 19 pessoas na reunião de sensibilização e 34 na oficina DRPA, contando atualmente com nove participantes. Embora a APRA tenha uma atuação mais expressiva na atividade de artesanato, existe um grupo de 42 sócios, agricultores que desenvolvem atividades agrícolas em uma área de 78 ha., remanescente de uma terra desapropriada pelo INCRA para a implantação do Projeto de Assentamento Cajazeiras II. Nesta última atividade, a Cáritas apoiou também o desenvolvimento de projetos de agrofloresta.

“Aí, nós, como pais de família, trabalhando com esse terreno – que é do INCRA – não é nosso o terreno, é do INCRA, se eu sou um cabra que foi chamado com a equipe do INCRA pra poder dizer assim ‘rapaz, um dia vocês vão sair desse terreno’. Eu digo ‘por quê?’. ‘Porque esse terreno não é de vocês, é do INCRA’. Eu digo ‘agente sabe que não é’. Nós sabemos que o terreno não é nosso, mas o terreno ta num aberto e nós necessitamos disso aqui, nós não estamos roubando, estamos trabalhando pra poder arrancar sobrevivência dos nossos filhos e nós precisamos disso aqui, trabalhar. É da terra que nós vivemos.” (Luís – Missi).

A Associação de Missi iniciou suas atividades com as artesãs do distrito, buscando contribuir para a melhoria das condições de vida das famílias atendidas. Posteriormente, os homens ingressaram na associação e introduziram outras atividades produtivas, conforme pode ser observado nos seguintes depoimentos:

"Primeiramente, ela foi criada só com as artesãs. Eu acredito que esteja com nove ou dez anos, por aí. Depois que as artesãs entraram, estavam só elas, aí agente começou a se associar. Agora, tem muitos homens sócios e mais homens e mulheres querendo se associar. Nós não estamos associando, ainda, esse número de gente. Porque é muito o que nós já tem. Agente ta dando uma pausa pra poder começar de novo, mas tem muita gente que quer ser sócio de lá." (Paulo Mesquita – Missi).

"No começo, começou com o objetivo só do negócio de artesanato. Depois, nós trabalhando nessa área de terra, nós se engajamos, também, junto, porque era uma associação que era legalizada. Então, nós tínhamos que chegar, se encostar pertinho, que era pra poder dar mais uma força, e a gente alcançar muitas coisas que a gente, hoje, não via dentro do Missi." (Luis – Missi).

Nas observações feitas nas visitas realizadas e, sobretudo, quando da execução das entrevistas com trabalhadores (as) e moradores das localidades pesquisadas, foi possível notar nos seus depoimentos a consciência das importantes conquistas obtidas, tanto materiais como as intangíveis, em decorrência de sua organização e lutas políticas. Convém salientar os projetos de agrofloresta, a construção de uma mandala e a criação de um banco popular²⁴, este último funciona na sede do distrito, em parceria com o Banco Palmas. Além do incentivo ao artesanato local, através de capacitação e feiras de comercialização, entre outras atividades.

As casas de sementes dos sítios Bueno e Caiçara, após o processo de implantação e capacitação, passaram a ser geridas por uma coordenação local. O regimento elaborado estabelece critérios de funcionamento, por exemplo, a quantidade de sementes a ser emprestada a cada sócio/sócia para o plantio de seu roçado, bem como o percentual de acréscimo dado a essa quantidade na hora da devolução. As normas internas de cada casa de sementes são discutidas e definidas coletivamente. O controle do estoque de cada casa de sementes é feito por uma coordenação através de fichas de registro de entrada e saída das sementes, individualizando o movimento de cada sócio, como pode ser demonstrado nas palavras do técnico da Cáritas:

²⁴ No final de 2008, o Brasil registrou 37 Bancos Comunitários em funcionamento. Seu objetivo é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda por meio do fomento à redes locais de produção e consumo e no apoio às iniciativas de economia solidária em diversos âmbitos. No distrito de Missi, funciona o Bancart, cuja moeda é o Ta, em parceria com o Banco Palmas, primeiro banco comunitário brasileiro, inaugurado em 1998 no Conjunto Palmeiras, um bairro pobre situado na periferia de Fortaleza.

E, dentro do projeto, agente trabalhou a questão da formação, que foram formações nessa perspectiva dos conteúdos técnicos, do manejo, da seleção, do armazenamento, de como fazer tudo isso. Foi trabalhada a questão da gestão da casa de sementes, em momentos pra trabalhar a questão da gestão e do associativismo, onde as famílias tiveram oportunidade de discutir o que era uma associação, como ela se constitui, quais eram as responsabilidades, quais são os direitos. Agente trabalhou esses conteúdos e, a partir daí, foram constituídas as diretorias dessas casas de semente, que ficam responsáveis por fazer as coletas das sementes, o empréstimo. Ou seja, o monitoramento e a organização (Alessandro – Cáritas)

Essa metodologia está de acordo com os preceitos do PAPPS que incentiva a criação de Fundos Rotativos Solidários. A constituição desses Fundos tem motivado a comunidade a sonhar com outros projetos visto que a devolução dos recursos recebidos pode gerar novos projetos e incorporar novo/as trabalhadores/as de acordo com as necessidades diagnosticadas.

Embora não se possa mensurar na presente pesquisa os resultados dos projetos tanto no que respeita aos ganhos obtidos através dos produtos voltados para o autoconsumo, bem como os ganhos monetários, eles foram evidenciados por ocasião das observações realizadas *in loco*. Do ponto de vista subjetivo se constatou que o projeto constituiu um espaço relevante nos processos de construção e resgate da auto-estima, da autodeterminação e da esperança e de mudança de mentalidade dos participantes em relação às suas capacidades e habilidades nas ações coletivas. Estas mudanças propiciaram a compreensão da realidade e a busca de alternativas de transformação que levam ao empoderamento dos sujeitos. Este empoderamento se expressa nas reivindicações junto ao poder público, no acesso às políticas públicas as quais não se restringem à obtenção de crédito para a produção, mas também ao acesso à infra-estrutura física e social, como energia elétrica, cisternas, banheiros etc.

Motivados pela perspectiva de permanência nas terras onde vivem e trabalham, os sujeitos do projeto em análise acumulam capital social e fomentam o processo de empoderamento, mediante o nível de organização e de conquistas no âmbito das políticas públicas. Assim, percebe-se que os grupos nessa luta já conseguiram implantar também com apoio da Cáritas, pequenas áreas de agrofloresta, atividade intimamente interligada às casas de sementes. Na

comunidade do Missi, nem todos os 42 agricultores, participam dessas ações em parceria com a Cáritas. A grande maioria dos trabalhadores ainda vive da exploração do terreno para fabricação de tijolos e telhas, atividades econômicas de sobrevivência que conspiram contra o meio ambiente. Das 42 famílias integrantes do grupo em estudo, apenas nove estão diretamente ligadas à casa de sementes e quatro ao projeto de agrofloresta. Várias são as razões apresentadas para justificar essa situação.

Como você sabe, muitos foi pelo interesse de trabalhar dentro do terreno, mas trabalhar só, não trabalhar em grupo. Como ainda tem gente que trabalha. A gente chama, mas não vai. A gente vai pelear por eles, até eles chegar ao ponto que eles vão também (Manuel Magalhães – Missi)

Tem umas pessoas que são desinteressadas com as coisas. Só sabem ver as coisas quando pega nas mãos. Alcança com as duas mãos e segura. Aí, ele não pensa de alcançar as coisas. (Luis – Missi)

A sensibilização das famílias para participar das atividades da Casa de Sementes é um processo que se dá pelo efeito demonstração e pela conscientização da importância do projeto que articula a proteção da natureza, a saúde de quem planta, a saúde de quem come e, também constrói a autonomia dos sujeitos sociais envolvidos.

À medida que começam a participar e se envolver com os projetos da Casa de Sementes e da Agrofloresta, estes trabalhadores tomam consciência da necessidade de preservação do meio ambiente, conforme depoimentos a seguir:

Esse negócio não pode permanecer desse jeito. Todo mundo trabalhando com tijolo, telha, e acabando com o subsolo da terra, fazendo aquela buracaria, e a gente sabe que é errado (Luis - Missi).

depois da casa de semente e da agrofloresta. Isso aí a gente vem planejando, tentando trabalhar em cima disso. Lá mesmo, nós não aceita mais queimação, na área em que a gente trabalha. Até porque lá, o pessoal que trabalha com artesanato do barro, agente não aceita eles limpar e queimar. Antigamente, fazia aquele monte de mato e tocava fogo e queimava tudo. Graças a Deus, até agora, não aconteceu isso ainda. Ta lá a forragem todinha e, dentro mesmo, ta a coisa começando a criar aquela nova seiva da terra. Tendo o forro dela, vai melhorando a seiva dela (Antonio Lopes – Missi).

Percebe-se também que o grupo se esforça para conscientizar os demais membros sobre a importância de abolir a prática das queimadas, tão comuns na região, e que contribuem para o agravamento do estado de degradação ambiental e da desertificação.

Eu achei muito importante a informação da gente não queimar mais a terra, não destruir mais, que foi coisa que eu fiz. Porque é coisa que vem dos nossos bisavôs pra cá. Nós só sabia que era assim: brocando, queimando e destruindo. Aí, vem um incentivo desses e eu já to com quatro anos que não broco mais. Tenho meu terreninho ali, eu planto todos os anos, boto o estrume, o esterco, um bichinho véi que eu tenho, boto a comida pra ele lá no curral e o esterco eu devolvo pra área, coloco na cova o estrume. E ta dando certo. Melhor do que agente estar acabando com o mundo, queimando, destruindo, deixando.(José – Bueno).

Eu acho que as mudanças foram a própria conscientização do povo, que tem consciência de que deve pegar sua semente e, depois, devolver. E a própria, vamos dizer, iniciativa de algumas pessoas em cima do debate voltado à agro ecologia. Algumas pessoas estão aderindo à roçados que não sejam roçados convencionais, como colocar fogo e veneno (Ivan – Bueno).

Eu acho que não há atritos, mas há conversas, assim, que agente é maluco. Agente, que não queima, é maluco. Agente deixou a enxada de lado, só usa o facão. O pessoal acha agente de doido. Até uma pessoa brincou, na época da produção, que os jerimunzeiros que agente tinha plantando não ia produzir jerimum, ir produzir feijão (Ivan – Bueno)

No início de setembro, o Bispo de Itapipoca, Dom Antonio Roberto Cavuto, que assumiu a diocese há pouco mais de um ano, visitou as comunidades assistidas pela Cáritas Diocesana de Itapipoca, Missi, Bueno e Boqueirão. O autor deste trabalho teve oportunidade de acompanhar Dom Antônio nessa visita e percebeu a alegria e o entusiasmo dos participantes ao apresentarem os projetos e os resultados dos mesmos, conforme se pode observar nos depoimentos a seguir:

E aí a gente já alcançou alguma coisa, porque já vem, principalmente, já veio até o bispo aqui, uma coisa que não aparecia na nossa frente. Hoje, como se diz, a gente já viu dentro da nossa floresta (Luis – Missi).

porque, achei muito importante o jeito que eu vi passar num telão sediado na Igreja, eu achei importante, porque eu nunca tinha visto um negócio daquele. Vai passar um telão daquele jeito pra gente ver o resultado (Antonio Viana – Missi)

A associação, particularmente, pra mim, é uma vida. Porque o que a gente via antes e o que a gente vê hoje. A gente vê um povo organizado, um povo que se

sensibiliza com aquilo que a gente tem aqui, a gente procura priorizar as nossas culturas daqui mesmo, trabalhar com aquilo que dá aqui na nossa comunidade. Não adianta a gente querer trazer e inventar, não, porque não dá certo. E a comunidade, pra nós, tem sido, assim, tipo uma mãe, porque uma mãe cuida bem dos seus filhos. (Antonio Mota. Presidente da Associação do Bueno)

No final da visita, em missa celebrada na Igreja do Missi D. Antonio Cavuto usou a homilia para fazer um paralelo entre a Ressurreição de Cristo e a ressurreição da natureza que estava acontecendo nas comunidades visitadas. No final da celebração foi exibido em um telão o documentário *Agroflorestação: Outro jeito de fazer agricultura no semi-árido*, produzido pela Cáritas que expressa as vivências, sonhos e desejos de agricultores e agricultoras do semi-árido cearense, inclusive com depoimentos sobre a experiência da comunidade Bueno, que a partir das suas experimentações práticas vêm tecendo novas relações com a terra, a água, os animais e as pessoas.

No Bueno, foram observadas interessantes iniciativas locais como o “terço dos homens” para incentivar a participação dos mesmos nas atividades religiosas, que tradicionalmente contam com a participação expressiva de mulheres e a criação de “um grupo de mulheres”, como estratégia para abordar a discussão das questões de gênero.

O terço dos homens já tem algum tempo que já começou, talvez faça seis meses, e achei bem interessante. Até mesmo, porque a comunidade estava muito parada na questão da religião. Teve um probleminha, aí, na religião, com nosso padre, que não era muito... Era muito difícil, a personalidade dele. Eles estavam afastados. Esse terço dos homens é uma maneira da comunidade se juntar, conversar e rezar, mesmo, agradecer a Deus por tudo que agente vive nesse momento (Claudiane Melo – Bueno).

o grupo de mulheres, também, é bem mais recente. Mas, desde pequenininha que eu tenho, talvez eu tenho um lado feminista e eu não concordo com muitas atitudes que as mulheres vivem. Aliás, atitudes que as mulheres fazem mesmo e que os homens fazem com as mulheres. Eu não concordo muito. E esse grupo de mulheres, agente viu, também, no Aracati, a importância da questão do gênero, que teve uma palestra com uma mulher muito inteligente. Ela falou da questão da mulher, que, às vezes, acham que só ajuda. Ela falou “Quer dizer que você não vai se aposentar? Porque você só ajuda, não trabalha”. A mulher acham que não trabalha, porque ela não sai pro sol, pra capinar. Só quem trabalha é o homem. Não é por aí. Acho que os dois trabalham muito. A mulher, até mais do que o homem (Claudiane Melo – Bueno)

O reconhecimento do papel das mulheres como protagonistas de dinâmicas de inovação agroecológicas se traduz também no seu reconhecimento social e político, favorecendo novas relações entre homens e mulheres no âmbito das famílias e da comunidade.



Fotografia 6 – Visita do Bispo D. Antonio ao sítio Bueno.

Fonte: Foto tirada pelo autor.



Fotografia 7– Área de agrofloresta no Sítio Bueno, batizada como o nome de “Célula Verde”.

Fonte: Foto tirada pelo autor.



Fotografia 8 – Visita do Bispo D. Antonio a área de agrofloresta no Missi.

Fonte: Foto tirada pelo autor

Conforme a descrição do Projeto “Sementes da Solidariedade” e do conjunto dos depoimentos dos atores que relatam o sentimento e percepção do projeto em destaque pode-se apreender, claramente, a pedagogia da economia solidária disseminada pela Cáritas Regional do Ceará. Trata-se de uma concepção pautada no apoio à produção e melhoramento agrícolas (irrigação, hortaliças, casas de sementes e beneficiamento de grãos); criação de animais (caprinos, ovinos, aves e apicultura). Além disso, observa-se uma forte preocupação com os aspectos da formação (capacitação, informação e mobilização), conforme mostra Bertucci e Silva (2003: p. 36).

Observa-se que tais princípios consubstanciam uma nítida preocupação ambientalista na perspectiva da convivência com o semi-árido nordestino. As falas dos entrevistados expressam o processo de assimilação da pedagogia da Cáritas Ceará através do Projeto Sementes da Solidariedade. As entrevistas e depoimentos

atestam a busca de uma pedagogia transformadora mediante o sentido da partilha dos escassos bens rurais, da perspectiva política da organização dos movimentos sociais, da possibilidade do empoderamento e da tão sonhada emancipação das comunidades. A idéia que se tem é, fundamentalmente, a da partilha, mormente quando o assunto é o sentido dos fundos rotativos solidários não monetários. Constatou-se, sobretudo, que a efetividade da pedagogia da economia solidária posta em prática pela Cáritas é um processo dialético lento, que significa o novo nascendo em oposição ao velho que ainda não morreu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central deste estudo consiste em analisar e avaliar a pertinência e a efetividade da Política Nacional de Apoio à Economia Solidária, a partir da focalização de um dos projetos do PAPPS, no caso o Projeto Sementes da Solidariedade, da Cáritas.

A pesquisa empírica demonstrou que do ponto de vista estritamente econômico, de geração de renda, ainda não é possível auferir os resultados quantitativos, por ser uma experiência relativamente recente. Contudo, da perspectiva subjetiva, isto é, do ponto de vista da comunidade, os relatos indicam que:

- a) Os FRS potencializam ou sinalizam o aprofundamento do nível de consciência e de mobilização política;
- b) os FRS abrem caminho para novas relações de gênero, ou ressignificações nas relações de gênero, na medida em que as mulheres passam a ter um papel ativo;
- c) os FRS sinalizam para novas formas de relação homem-natureza e de convivência com o semi-árido;
- d) a construção e/ou redefinições das identidades dos pequenos agricultores, resgatando culturas tradicionais, como as sementes crioulas.

Tais evidências demonstram o desdobramento da experiência em tela abrangendo várias dimensões da comunidade: simbólica (sementes), ambiental (novas formas de convivência com o semi-árido); política (luta pela terra); econômica

e produtiva (organização produtiva) e também põe em evidência a problemática de gênero (o importante papel que a mulher ocupa nesse processo)²⁵.

Nota-se que o grande desafio do PAPPS é deixar de ser um programa piloto e exemplar na perspectiva de se afirmar efetivamente como uma política pública de caráter nacional. Este programa, a fim de gerar impactos sociais almejados supõe que o mesmo se articule com outros projetos e ações relacionados à Economia Solidária. Neste sentido, exemplificamos, dentre eles: o apoio a diferentes formas de negociação (compra direta, feiras de comercialização e outras); de formação e capacitação, resgatando as experiências de moedas sociais e de incubadoras de cooperativas populares e solidárias. O movimento da Economia Solidária representado pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES destaca as demandas no que concerne à sistematização, à produção e à divulgação de materiais de formação; à elaboração de propostas e à realização de processos de formação possibilitando a existência de uma rede de formadores ou multiplicadores em Economia Solidária; e à elaboração de publicações que expressem reflexões sobre as experiências acumuladas nos últimos anos. (FBES, 2007).

Um dos aspectos importantes observados neste estudo refere-se ao fato de que o PAPPS, uma das mais expressivas experiências de fomento a empreendimentos solidários, se torne uma política pública efetiva. Para tanto, necessita, de um lado, da disponibilidade de recursos financeiros nos orçamentos junto às instituições que lhe dão concretude. Neste sentido, o BNB, a SENAES, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome -- MDS e a Caixa Econômica enviaram documento à Assessoria da Presidência da República sugerindo a utilização de uma pequena parcela do lucro das estatais remetido anualmente ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST). Esta quantia foi de aproximadamente R\$ 300 milhões no ano de 2007, o que pode ser considerado irrisório, se comparados aos recursos do PRONAF que aplicou cerca de R\$ 10 bilhões, em 2008.

²⁵ Sobre as várias definições de gênero consultar (TORRÃO FILHO, 2005).

A despeito de todo este esforço, uma das respostas apresentadas pela assessoria da Presidência da República a membros que compõem o Comitê Gestor do PAPPS consistiu num questionamento alusivo ao fato de não existir no Brasil um “marco regulatório” capaz de fundamentar juridicamente um programa que visa, essencialmente, a formação e o desenvolvimento dos Fundos Rotativos Solidários.

Por outro lado, a ausência de legislação específica que dê suporte jurídico vem inibindo, ou, no mínimo, tem acarretado penosos processos de tramitação e decisão para aportar recursos financeiros aos projetos da Economia Solidária por parte dos gestores públicos, conforme argumenta o Tribunal de Contas da União (TCU). Sobre este assunto, o referido órgão argüiu a “ilegalidade” do repasse de recursos financeiros do MDS para a ASA, a fim de viabilizar o programa de construção de cisternas de placa em regime de mutirão e a “devolução voluntária” de recursos para potencializar a construção de outras cisternas junto às famílias do semi-árido nordestino.

O que acontece, na verdade, é que, o movimento popular organizado dos trabalhadores rurais do pólo sindical da Paraíba conseguiu imprimir nova concepção a respeito do protagonismo popular, mediante a utilização inovadora, racional e profícua dos recursos públicos na construção de cisternas de placa. A ação do TCU vem, sob o argumento de uma pretensa legalidade, engessando a potencialidade do funcionamento de Fundos Solidários Rotativos Voluntários, legitimamente articulados por entidades não-governamentais que realizam mediações com setores populares.

A partir deste imbróglio jurídico problematizado pelo TCU, o comitê gestor do PAPPS, acrescido da participação de representantes de outros movimentos sociais da Economia Solidária, pleiteou, junto ao BNB e à Articulação pelo Semi-árido – ASA a possibilidade de apoio financeiro para a contratação de profissional qualificado para elaborar um Parecer Jurídico, conforme já foi citado no presente trabalho. Mesmo reconhecendo o seu caráter não conclusivo, oferece um arcabouço jurídico constitucional, para justificar o uso dos recursos públicos na formação de fundos rotativos solidários e também apresenta argumentos a serem utilizados na sensibilização visando à criação de um marco legal. Em suma, no momento vive-se

um impasse a respeito do financiamento de um dos itens mais relevantes da política de apoio à economia solidária, qual seja, a liberação de recursos para a constituição de fundos rotativos solidários, fator essencial para a sua efetividade como política pública.

Ao se estabelecer um elo entre os objetivos específicos desta dissertação com o esforço de avaliação do PAPPS e dos seus já 50 projetos implantados na região Nordeste, em fases distintas de maturação e de resultados, pode-se inferir que há indícios que apontam para a coerência com os princípios e fundamentações teóricas da Economia Solidária. Assim, aspectos relacionados ao estabelecimento de mutirões voluntários, à criação de formas devolutivas em benefício da comunidade, à repactuação dos trabalhadores rurais com as práticas e ações sobre o meio ambiente e à busca pelo desenvolvimento local sustentável despontam um campo fecundo que vem se afirmando como experiência inovadora. Deve-se, entretanto, ressaltar as claras limitações do PAPPS e, principalmente do Projeto Sementes da Solidariedade, base de análises empíricas desta dissertação. Os órgãos governamentais e as representações dos movimentos sociais envolvidos no programa que compõem o Comitê Gestor estão atentos e trabalhando no sentido de transpor os obstáculos que dificultam a sua efetivação enquanto uma política pública.

Estabelecida como política pública de apoio a Fundos Rotativos Solidários, o desafio residirá na disponibilização de recursos crescentes para ampliar o público a ser atendido. Também é necessário levar em consideração as diferentes metodologias, a necessidade de recursos humanos capacitados para acompanhar, monitorar e sistematizar a sua execução e a formação de uma rede, cujo papel principal é potencializar e socializar as experiências existentes e permitir articulações efetivas entre os diferentes sujeitos sociais participantes. Acredita-se que o dilema é justamente crescer, sem ser absorvido e cooptado pelo governo, ou seja, crescer mantendo o diálogo e a autonomia das instituições envolvidas.

Os estudos empíricos apresentados nesta dissertação focaram-se no Projeto Sementes da Solidariedade, no qual os sujeitos apresentam, todavia, uma situação

de grande fragilidade econômica e social, com pouca ou nenhuma capacidade de realização de investimentos ou captação de crédito.

Como foi visto no capítulo 4, além de ganhos materiais relatados percebeu-se os ganhos não monetários expressados na ampliação do autoconsumo alimentar, contribuindo para a construção da soberania, segurança alimentar e nutricional das famílias envolvidas. Outro ganho intangível a ser mencionado se refere ao envolvimento e organização das comunidades, às articulações empreendidas com instâncias do poder público, e a perspectiva de inclusão e de empoderamento dos sujeitos participantes.

No entanto, percebe-se ainda a fragilidade dessas conquistas, principalmente pelo pequeno número dos que efetivamente têm uma participação ativa, afora as lideranças. No Sítio Bueno, por exemplo, das 53 famílias que formam o grupo, apenas 27 estão vinculadas à casa de semente e apenas duas ao projeto de agrofloresta. Entretanto, se observa que o exemplo e o efeito demonstração de alguns resultados já obtidos têm provocado o aumento dessa participação a cada dia, inclusive assegurando novas posturas que atestam o exercício de uma “cidadania ativa”. (BENEVIDES, 1998). Há de se considerar, também, que o processo de mudança social dos padrões seculares de dominação, calcados no latifúndio, para os novos conceitos e apelos da Economia Solidária ainda é muito lento, mesmo para os trabalhadores rurais, vítimas e aculturados com a sua histórica subordinação.

Ainda se considera, também, insuficiente grau de participação observado na comunidade de Missi. No entanto, o efeito demonstração das utopias e o entusiasmo quando da realização do projeto tem trazido novos adeptos recém-convertidos em “companheiros de luta” por melhoria das condições de vida.

As visitas, os dias de campo, os intercâmbios, são importantes instrumentos de difusão dessa tecnologia social, através dos projetos que demonstram um grande potencial de crescimento por meio da organização, da solidariedade e do trabalho cooperativo. Estes têm sido efetivamente, os resultados qualitativos mais importantes do Projeto Sementes da Solidariedade. É claro que, os resultados,

diante do potencial apresentado, ainda são limitados diante a própria lentidão dos novos processos de compartilhar ações e vivenciar, na prática novos valores preconizados pela Economia Solidária. Não será a ação isolada das comunidades do Missi e do Bueno que resolverão os crônicos problemas da desertificação, da agressão ao meio ambiente e nem tampouco da geração de ocupação e renda para os seus trabalhadores rurais. É preciso frisar, entretanto, que, quando os resultados mais consistentes dos 50 projetos começarem a surgir, alimentados e propagados por uma rede de articulação e de interação entre estes projetos, os impactos socioeconômicos serão mais significativos. De todo o modo, ainda que, de forma isolada essas “sementes da solidariedade” não de brotar. É o que se espera, de forma cidadã, que esses 50 projetos urdidos no movimento da Economia Solidária, em parceria com o Estado, fermentem a esperança, e a responsabilidade de fazer a sua parte, a exemplo da fábula do beija-flor e da águia...

Era uma vez um Beija-Flor que fugia de um incêndio juntamente com todos os animais da floresta. Só que o Beija-Flor fazia uma coisa diferente: apanhava gotas de água de um lago e atirava-as para o fogo. A águia, intrigada, perguntou: — “Ô bichinho, achas que vais apagar o incêndio sozinho com estas gotas?” — “Sozinho, sei que não vou”, respondeu o Beija-Flor, “mas estou a fazer a minha parte”. (Fábula utilizada por Betinho como metáfora da solidariedade)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Programa de apoio a projetos produtivos solidários**. Fortaleza: BNB, 2005.

_____. **Relatório anual e balanço social 2006**. Fortaleza: BNB, 2006.

_____. **Relatório anual e balanço social 2007**. Fortaleza: BNB, 2007.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. **A Economia solidária como política pública**: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **A cidadania ativa**: referendo, plebiscito e iniciativa popular. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1998.

BERTUCCI, Ademar; SILVA, Roberto Marinho Alves da (Org.). **20 anos de economia popular solidária**: trajetória da caritas brasileira dos PACs à EPS. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

BERTUCCI, Jonas de Oliveira. **A economia solidária do pensamento utópico ao contexto atual**: um estudo sobre experiências em Belo Horizonte. 2005. 118 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) apresentada como requisito parcial para aprovação do Curso de Mestrado do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Projeto de promoção do desenvolvimento local e economia solidária**: diretrizes conceituais e estratégia. Brasília: MTE; SENAES, 2006 a.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). **Atlas da economia solidária no Brasil 2005**. Brasília: MTE, 2006b.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). **Programa economia solidária em desenvolvimento**. Brasília: MTE, 2008. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_default.asp>. Acesso em: dez. 2008.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). **Sistema nacional de informações em economia solidária (SIES)**: termo de referência. Brasília: MTE, 2004. 17 p.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação**: economia, sociedade e cultura: a sociedade em rede. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica ao trabalho. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CONAES – CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: “Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento”, 1., 2006, **[Trabalhos apresentados]**. Brasília: MTE, 2006. 33 p.

DIAS, Regina L. F. **Intervenções públicas e degradação ambiental no semi-árido cearense (o caso de Irauçuba)**. 1998. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento em Meio Ambiente), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1998.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

EID, Farid. **Descentralização do estado, economia solidária e políticas públicas: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo?** 27 p. Disponível em: <<http://www.unitrabalho.org.br/imagens/artigos/set05/UNEMAT2004.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2006.

FARNAR, Robert. In: BAUER, Martin; GASKELL; George. **Pesquisa quantitativa com texto, imagem e som**. Tradução de Pedrinho A Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Ousar e solidariedade: partilha de práticas de economia social e solidária no Brasil e no Quebec**. Fundação Lermitage. 2008.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Rumo à IV Plenária Nacional de Economia Solidária** – Caderno de Aprofundamento aos Debates. Disponível em <http://www.fbes.org.br> 2007 (Acesso em 24.02.2008)

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Plenária Nacional de Economia Solidária, 4., 2008. **Relatório final**. Brasília: FBES, 2008.

FRANÇA FILHO, Genauto; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GIL, Antônio Carlos. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias**. São Paulo: Atlas, 2000.

HAGUETTE, M. F. **Metodologias quantitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987. 163 p.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1993. 349 p.

HECK, Selvino. **Fundos solidários/rotativos: apoio a projetos produtivos solidários**. [S.l.]: FBES. Disponível em: <<http://www.fbes.org.br>>. Acesso em: 2006.

JONHSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zagar, 1997.

LECHAT, Noelle Marie Paule. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. In: SEMINÁRIO DE INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES, 2., 2002 Campinas UNICAMP, 2002. Mimeografado.

_____. **Trajетórias intelectuais e o campo da economia solidária no Brasil**. 2004. Tese (doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2004.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. 2. ed. São Paulo: Abril S.A. Cultural e Industrial, 1978.

MANCE, Euclides André, Redes de colaboração solidária. In: CATTANI, Antônio David. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

MELO, João Alfredo Telles (Org.). **Reforma agrária quando? CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2006.

MOURA, Cleyton Domingues de. **Relatório**. Brasília: MDS, 2004.

NADDAF, Ana; LIMA, Cláudio. **Terra feita de gente**: uma história de emancipação no Ceará. Fortaleza: Raiz e Antena, 2003.

NÓBREGA, Airton Rocha. Parecer Jurídico: preliminar. 40p. In: BRASIL. **Documento Interno. BNB**.

OAKLEY, Peter; CLAYTON, Andrew. **Monitoramento e avaliação do empoderamento**. Oxford: Intrac, 2003.

OLIVEIRA, Manfredo A. **A socioeconomia solidária e as práticas de uma vida humana**: um diálogo em construção. Fortaleza: Prefeitura de Fortaleza, 2006b. Mimeografado.

ORGANIZAÇÃO internacional do trabalho (OIT). **Revista Trabajo**, Genebra, n. 55, dez. 2005.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Campos, 2000. (É 2000 ou 2002?)

ROMANO, Jorge O.; ANTUNES, Marta (Org.). **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. ActionAid. Brasil. 2002. 116 p.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o Semi-árido**: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. 2006. 298 f. Tese (Doutorado) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

SINGER, Paul. Economia solidária. Entrevista. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo: USP, n. 22. p. 289, 2008.

_____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002. 127 p.

SINGER, P. **Cooperativas de Trabalho**. Brasília: MTE; SENAES, 2004.
Substituir para: O Novo Pensamento Econômico Socialista. Entrevista. Fórum. São Paulo out.-nov.2004 (Qual o nome do Fórum?)

SINGER, Paul. **Uma utopia militante**: repensando o socialismo. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo (Org.). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000. 360 p.

TORRÃO FILHO, Amílcar. Uma questão de gênero onde o masculino e o feminino se cruzam. **Cad. Fago**, Campinas, n. 24, p. 127-152, jan./jun. 2005.

ANEXOS

ANEXO A – Roteiro das Entrevistas Semi-estruturadas

ROTEIRO DE ENTREVISTA

(Para os sócios e dirigentes da Associação)

I. Sobre o Programa Sementes da Solidariedade:

1. O que significa para você a construção dessa casa de semente na Comunidade Bueno/Missi?
2. Que motivos o levaram a participar do grupo? O que você esperava?
3. Com relação ao grupo, algo o decepcionou?
4. Concorda com a forma como o trabalho na casa de semente é encaminhado?
5. Houve mudanças na sua vida e da comunidade, depois da implantação da casa de semente?
6. O que deveria mudar para atender melhor suas necessidades e as da comunidade?

II. Sobre o processo de implantação/capacitação:

7. Participou de que etapas? Por quê? Por que motivo outras pessoas da comunidade não participaram?
8. Quais eram suas perspectivas a respeito da capacitação?
9. Suas perspectivas foram atendidas?
10. O que é viável e o que é inviável para a sua comunidade na proposta de capacitação? Por quê?
11. O que deveria mudar para atender melhor suas necessidades e as da comunidade?

III. Sobre a Associação:

12. Desde quando existe a Associação? Por que foi criada?
13. Desde quando é sócio?
14. Por que continua sócio? Qual o seu papel dentro da Associação?
15. Quais as atividades da Associação atualmente?
16. A Associação já recebeu apoio para algum outro projeto ou atividade fora o da casa de semente?
17. E antes da existência do Projeto Sementes da Solidariedade, quais eram as atividades da Associação?
18. Quais assuntos são discutidos atualmente na Associação?
19. Tem algum outro tipo de assunto que você acha importante discutir?
20. Como são resolvidos os impasses dentro da Associação?
21. Com relação à Associação, houve alguma mudança a partir da implantação da casa de semente?
22. Existe parceria/articulação com outras associações ou instituições?
23. Qual a importância atual da Associação para a sua família? E para a comunidade?

24. E se não existisse a Associação, como seriam as coisas?

IV. Sobre a casa de sementes:

25. Como foi a construção da casa de semente?

26. E a formação do Banco de Sementes?

27. Quais as mudanças esperadas ou que já ocorreram com a implantação da casa de sementes?

28. Após a implantação da casa de semente, houve alguma mudança na forma de condução das atividades agrícolas?

29. Concorda com a mudança? Por quê?

30. Se não concorda, o que deveria mudar para atender às suas necessidades?

31. Atualmente usa que tipo de equipamentos (faz mecanização, tração animal, como é a distribuição do trabalho humano)?

32. Após a implantação do projeto, houve alguma mudança na forma de condução das atividades agrícolas? Por quê?

33. Exerce alguma atividade não-agrícola? Qual a importância dessas atividades na formação de sua renda?

V. Sobre o crédito:

34. O grupo já conseguiu algum tipo de crédito de Banco?

35. Em caso positivo, como é o processo para conseguir o apoio creditício? Quais as condições de pagamento? Está satisfeito?

36. Caso negativo, por quê?

37. Caso positivo, para que atividades?

38. Como é que foi a decisão por quais atividades financiar?

39. As atividades que foram financiadas, você já explorava antes?

40. Concorda com as atividades que foram financiadas?

41. Se não concorda, por que aceitou o crédito?

42. Se não concorda, que atividades deveriam ser incentivadas com financiamento?

V. Sobre a relação com o mercado:

43. Qual a sua produção? O que é destinado para consumo da família? O que é destinado para venda? Por quê?

44. Como é feita a comercialização? (Na feira, para o intermediário, para a Associação) Por quê?

45. Além das sementes, compram algum tipo de insumos? Coletivamente ou de forma individual?

46. Houve alguma mudança (tanto na comercialização como na compra de insumos) após a implantação da casa de semente? Quais?

ANEXO B – Tabela com a relação dos 17 projetos apoiados na primeira fase do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários

BNB/ETENE
PROGRAMA DE APOIO A PROJETOS PRODUTIVOS SOLIDÁRIOS
PROJETOS SELECIONADOS – FASE 1
2005

Nº	Nome do Projeto	Entidade Proponente	Valor Solicitado ao BNB (R\$)	Valor Aprovado (R\$)	Estado
1	Programa Jovens Solidários	Associação Regional de Escola Família Agrícola do Sertão – AREFASE	76.790,00	50.000,00	BAHIA
2	Economia Popular Solidária: Fundo Rotativo Solidário Promovendo a Dignidade Humana do Camponês e do Desempregado Urbano no Semi-Árido Baiano	Obras Sociais da Diocese Bonfim	148.125,13	100.000,00	BAHIA
3	Fundo Kolping de Apoio a Projetos Solidários nos Estados do Ceará, Alagoas e Pernambuco	Obra Kolping do Brasil – Escritório de Coordenação do Nordeste	80.000,00	60.000,00	CEARÁ
4	Projeto Sementes da Solidariedade	Cáritas Brasileira – Regional Ceará	149.412,10	105.000,00	CEARÁ
5	Projeto Ensinando e Aprendendo a Pescar – Uma Estratégia de Apoio a Pequenas Unidades Familiares Produtivas Solidárias na Periferia de Fortaleza	Agência de Desenvolvimento Local e Socioeconomia Solidária – FUNDESOL	150.000,00	100.000,00	CEARÁ
6	Desenvolvimento de Iniciativas Produtivas Solidárias no Território da Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Calhauzinho: Araçuaí e Novo Cruzeiro – Minas Gerais	Cáritas Diocesana de Araçuaí – MG	119.500,00	108.000,00	MINAS GERAIS
7	Produzindo Solidariedade no Semi-Árido	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Varzelândia (STR Varzelândia)	148.137,40	100.000,00	MINAS GERAIS
8	Fundos Solidários de Apoio a Agricultura Familiar Agroecológica no Semi-Árido Paraibano	Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas às Comunidades – PATAC	108.979,00	69.000,00	PARAÍBA

9	Fundos Rotativos Solidários na Promoção da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Local no Agreste da Paraíba: Favorecendo a Inclusão das Famílias mais Pobres, das Mulheres e Jovens nas Dinâmicas Sociais de Inovação Agroecológica	Pólo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema – POAB	80.000,00	69.000,00	PARAÍBA
10	Agroecologia e Renda: Fortalecendo os Sistemas Produtivos Locais do Sertão do Araripe	Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas – CAATINGA	150.000,00	100.000,00	PERNAMBUCO
11	Projeto Vida que Brota da Terra	Centro Diocesano de Apoio ao Pequeno Produtor – CEDAPP	150.000,00	100.000,00	PERNAMBUCO
12	Fundo Rotativo Solidário	Fundo Rotativo da Ação da Cidadania – CREDCIDADANIA	150.000,00	115.000,00	PERNAMBUCO
13	Fundo Solidário para a Segurança Alimentar e a Geração de Renda de Famílias Agricultoras no Semi-árido Brasileiro	Diaconia	137.688,00	109.000,00	PERNAMBUCO
14	Projeto Família e Vida	Ação Social Esperança e Vida – ASEVI	150.000,00	100.000,00	PERNAMBUCO
15	Nos Caminhos da Economia Popular Solidária	Cáritas da Diocese de Estância	150.000,00	115.000,00	SERGIPE
16	Projeto Fecundação	Cáritas Brasileira – Regional Piauí	119.805,00	100.000,00	PIAUI
17	Projeto de Apoio a 58 famílias de Assentados Organizados em Cooperativa Agrícola de Produção e Comercialização, a COOPEAGRO	Associação das Irmãs Filhas do Sagrado Coração de Jesus – ASSOCIAÇÃO FSCJ	150.000,00	100.000,00	ALAGOAS

ANEXO C – Tabela com a relação dos 33 projetos apoiados na 2ª Fase do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários

BNB/ETENE
PROGRAMA DE APOIO A PROJETOS PRODUTIVOS SOLIDÁRIOS
PROJETOS SELECIONADOS – FASE 2
2007

Qtde	UF	Título do Projeto	Entidade	Valor
1	MA	Produzir "Aprendendo e Ensinando" – Fundo Rotativo de Geração de Renda	Animação dos Cristãos no Meio Rural – ACR	70.000,00
2	MA	Fundo Maranhão Solidário	Associação Agroecológica Tijupá	120.000,00
3	MA	Banco Solidário da Mulher	Associação em Áreas de Assentamentos no Estado do Maranhão – ASSEMA	83.228,00
4	MA	Projeto Fundo Solidário Rede Mandioca	Cáritas Brasileira Regional Maranhão	120.000,00
5	PI	Projeto Fecundação – Fundo Produtivo Solidário	Cáritas Brasileira Regional do Piauí	100.000,00
6	CE	Cia. Troupe Du Jardim – Cultura da Periferia no Mercado Solidário de Fortaleza	CDVHS	100.000,00
7	CE	Fundo de Apoio à Cultura e à Economia Solidária – FACES	Instituto Palmas de Desenvolvimento e Sócio-Economia Solidária	110.000,00
8	CE	Mãos que Recriam Territórios Produtivos e Solidários – Economia Solidária no Semi Árido do Ceará	Centro de Desenvolvimento do Trabalho Integrado ao Social - CDTIS	110.000,00
9	CE	Fundo Solidário Territorial – Fundo Rotativo Solidário para Manejo Agro Ecológico no Território de Itapipoca	Centro de Estudos do Trabalho e Assessoria do Trabalhador – CETRA	118.100,00
10	CE	Teia Solidária	Fundação Marcos de Bruin	110.000,00
11	CE	Apoio ao Fundo de Projetos Solidários da Obra Kolping nos Estados do Ceará e Pernambuco	Obra Kolping do Brasil Coordenação Regional do Nordeste	56.000,00
12	CE	Rede Bodegas – Constituindo Fundos de Produção e Comercialização Solidária	Cáritas Regional do Ceará	119.903,00
13	RN	Fundo Rotativo Solidário de Macaiba de Rio Grande do Norte	Centro de Estudos Pesquisas e Ação Cidadã – CEPAC	70.000,00

14	PB	Desenvolvimento Solidário da Apicultura na Rede Abelha do Alto Sertão Paraibano	Associação dos Apicultores do Alto Sertão Paraibano – ASPA	113.223,78
15	PB	Voando com as Abelhas: Fortalecendo a Apicultura, Preservando o Meio Ambiente e Incentivando a Solidariedade Camponesa	Serviço Pastoral dos Migrantes – SPM	99.522,00
16	PB	Projeto dos Artesãos e Horticultores Solidários de Santa Cruz	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz	57.167,81
17	PB	Produzindo Solidariedade	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aparecida	70.000,00
18	PE	Crédito Agroecológico Solidário – Mais Crédito para Quem Respeita o Meio Ambiente	Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições não Governamentais Alternativas – CAATINGA	100.000,00
19	PE	Fundo Rotativo Solidário: uma Estratégia para Segurança Alimentar das Famílias Agricultoras no Semi Árido Brasileiro	Diaconia	100.000,00
20	PE	Fontes para as Feiras Agroecológicas nos Municípios de Dormentes, Santa Filomena e Afrânio-PE	Núcleo de Educadores Populares no Sertão de Pernambuco – NEPES	88.800,00
21	PE	Fundo Solidário Metropolitano	Associação Tapeçaria Timbi	119.595,00
22	PE	Implantação de Unidade de Produção de Mel e Difusão de Tecnologia de Criação de Caprinos no Semi-árido Pernambucano	Ação Social Esperança e Vida – ASEVI	80.000,00
23	AL	Macambira	Associação dos Pequenos Agricultores do Estado do Alagoas – APAEAL	70.000,00
24	SE	Construindo uma Rede de Empreendimentos Participantes da Experiência de Fundo Rotativo Solidário em Sergipe	Cáritas da Diocese de Estância – SE	100.000,00
25	SE	Apoio a Constituição de Fundos Rotativos Solidários de Grupos Incubados	Fundação de Apoio a Pesquisa e Extensão de Sergipe – FAPESE	120.000,00
26	BA	Apoio a Fundos Rotativos Solidários do Projeto Vencer Juntos: Bahia e Norte de Minas	Fundação Grupo Esquel Brasil	79.850,00

27	BA	Ações de Fortalecimento das Comunidades Rurais através de Práticas da Economia Popular Solidária	Associação de Assistência Técnica e Assessoria aos Trabalhadores Rurais e Movimentos Populares – CACTUS	120.000,00
28	BA	Fundo Rotativo Solidário, uma Alternativa de Construção de Autonomia e Empoderamento das Mulheres Rurais	Movimento de Organização Comunitária – MOC	120.000,00
29	BA	Projeto de Economia Solidária para Novos Alagados	Sociedade 1º de Maio de Novos Alagados - RESSOPRI	120.000,00
30	MG	Fundo Rotativo de Crédito Solidário do Vale do Mucuri	Associação Aprender a Produzir Juntos – APJ	100.000,00
31	MG	Fundo Rotativo Solidário da Gangorra	Associação Casa de Ervas, Barranco da Esperança e Vidas – ACEBEV	70.000,00
32	MG	Programa de Apoio à Implementação de Casas de Sementes no Semi Árido Mineiro	Cáritas Brasileira Regional de Minas Gerais	120.000,00
33	MG	Programa de Fortalecimento das Feiras dos Agricultores (as) Familiares – Alto Jequitinhonha – Minas Gerais	Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica – CAV	74.195,60
TOTAL				3.209.585,19

DIOCESE	MUNICÍPIO	COMUNIDADE	NOME DA CASA	INSTITUIÇÃO EXECUTORA
Itapipoca	Irauçuba	Bueno	Casa de Semente Comunitária Bueno	Cáritas Diocesana de Itapipoca
		Missi	Casa de Semente Comunitária Caiçara	
Limoeiro do Norte	Fortim	Coqueirinho	Casa de Semente Comunitária Marfim	Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte
		João José	Casa de Semente Comunitária Jatobá	
	Russas	Lagoa do Teixeira	Casa de Semente Comunitária Nelson Teixeira	
Sobral	Flexeirinha	Penenduba	Casa de Semente Comunitária Penenduba	Cáritas Diocesana de Sobral
	Bela Cruz	Mil Passos	Casa de Semente Comunitária Santa Rita de Cássia	
Crateús	Independência	Escola Família Agrícola Dom Fragoso	Casa de Semente Mirtes Sousa	Cáritas Diocesana de Crateús
		Várzea do Toco	Casa de Semente Comunitária Sertão	
Iguatu	Cariús	Tingujado	Casa de Semente Comunitária Vida Nova	Cáritas Diocesana de Iguatu
	Jucás	Minador	Casa de Semente Comunitária Trabalho e Vida	
	Acopiara	Muquém		
Crato	Várzea Alegre	São Vicente	Casa de Semente Comunitária Dona Joanhina	Cáritas Diocesana do Crato
	Crato	Batateiras	Casa de Semente Comunitária Senhor do Exército	
Tanguá	Carnaubal	Casa de Pedra	Casa de Semente Comunitária Jatobá	Pastoral Social da Diocese de Tanguá
		Pinga		
	Tanguá	Morada Nova	Casa de Semente Comunitária Cajueiro	
TOTAL				
07	13	17	17	07

ANEXO C – Tabela com a relação das 17 Comunidades contempladas com Casas de Sementes, apoiadas pelo PAPPS.